

# A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS  
DE TODOS  
OS PAÍSES  
UNI-VOS

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - Ano 74 - nº 187 - EDIÇÃO ESPECIAL - 12 de abril de 2000 - R\$ 1,00

## 500 anos de construção da nação brasileira

O Partido Comunista do Brasil comemora os 500 anos do desembarque de navegadores portugueses como o início da formação do Brasil e do povo brasileiro. É um momento privilegiado para a reflexão sobre a nação e as dificuldades que a atual conjuntura mundial opõe à sua afirmação soberana. O PCdoB homenageia o povo brasileiro e seus heróis, protagonistas da história e criadores da nacionalidade.

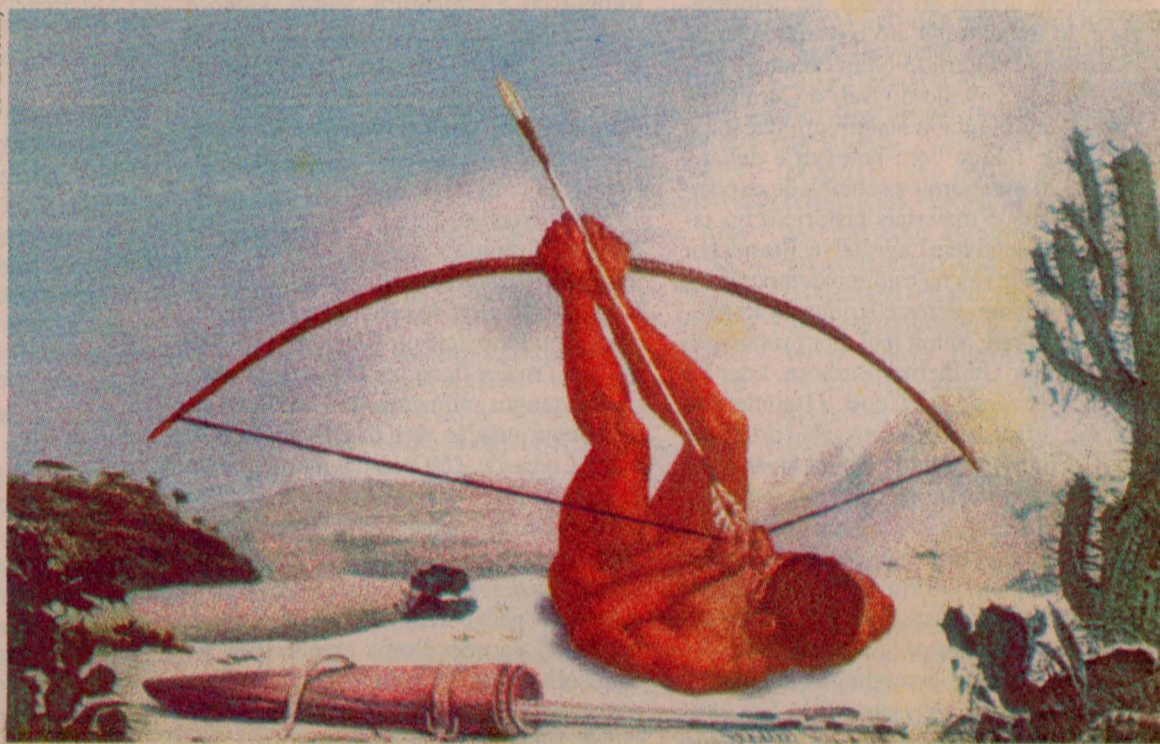
O Brasil é resultado do convívio histórico de gerações sucessivas que forjaram uma cultura original, base de uma civilização flexível, criativa, aberta e assimiladora, temperada pelos conflitos e lutas que pontuaram a trajetória de milhões de ho-

mens e mulheres que aqui viveram, trabalharam e agiram através desses séculos.

Cabe às classes trabalhadoras e aos setores progressistas e democráticos erguer a bandeira da nação, abandonada pela elite antinacional, para que ela tremule cada vez mais alto na trincheira da resistência antineoliberal, da união de todas as forças avançadas no Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Temos um vasto território, uma grande nação e um esplêndido povo. Concluiremos, no século que vai raiando, a obra imensa da libertação do Brasil.

Leia nas páginas centrais a nota da Direção Nacional do PCdoB sobre os 500 anos do Brasil.

Bernardo Joffily



### Vergonha nacional

Por ordem do FMI, o governo FHC estabeleceu em míseros R\$ 151,00 o valor do salário mínimo. O dinheiro mal dá para pagar uma cesta básica. E como miséria pouca é bobagem, o testa de ferro da comunidade financeira internacional anunciou uma patifaria adicional: a regionalização do mínimo, que poderá ser mais um deplorável retrocesso nas relações entre capital e trabalho, uma vez que a unificação nacional do mínimo traduziu a conquista de uma rei-

vindicação histórica dos assalariados. É também lenha para a fogueira da guerra fiscal entre os Estados.

Com a manobra, FHC acredita que conseguirá transferir aos governadores o ônus da impopularidade do salário mínimo, de longe o menor do Mercosul e uma verdadeira vergonha nacional. A sensibilidade social do atual governo, comparável à dos agiotas e técnicos do FMI, vem provocando indignação até mesmo entre seus aliados no Congresso Nacional.

### Derrotar FHC e eleger candidatos comunistas

O PCdoB deve buscar alianças e coligações que levem à derrota dos aliados de Fernando Henrique Cardoso e propiciem a vitória de comunistas nas eleições municipais. As alianças e coligações podem favorecer as correntes

democráticas e populares. Elas permitem vantagens para os partidos opositores. Leia na página 3 artigo do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, sobre a campanha eleitoral e a tática dos comunistas

### A lama da república neoliberal

LUIZ CARLOS ANTERO

Os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do Senado, e Jader Barbalho (PMDB-PA), líder do PMDB, protagonizam uma ópera bufa repleta de baixarias. Fernando Henrique planeja manter-se no poder e desgasta o Congresso. A República mostra a podridão moral das elites, com o proveito privado do dinheiro público, doações a agiotas e ataques aos direitos dos trabalhadores.

ACM, com o PFL, iniciou um debate oportunista sobre o salários mínimo. Jader assumiu a posição do governo, de R\$ 151,00. O duelo entre eles envolveu a disputa pela relatoria do Plano Plurianual (PPA), em 1999, que caberia ao PMDB e foi questionada por ACM; e a guerra pela presidência do Senado, na qual ACM não quer Jader.

Fernando Henrique, de sua parte, realiza a manobra parlamentarista. Ele roubou do PFL a hegemonia numérica na Câmara, articulou com o PMDB fisiológico um acerto de bastidores e trabalha pelo isolamento do senador baiano. Tem ainda como alvos, além da própria instituição parlamentar, que desmoraliza até o limite, os partidos históricos da oposição, que pretende eliminar com sua reforma política.

A Rede Globo anunciou com estardalhaço a entrevista de Nicéa Camargo, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e

o petardo atingiu ACM, inundando o país com o anúncio de uma relação promíscua entre o senador e a empreiteira OAS, que pertence de fato a seu genro.

A tática montada para a sucessão de 2002 inclui a conquista da presidência da Câmara para o PSDB e a presidência do Senado para o PMDB. O acordo fisiológico incorpora a meta de injetar dinheiro público nos municípios onde PSDB e PMDB disputam com chances as eleições. O PFL terá de, neste projeto, submeter-se ou procurar um caminho difícil de imaginar à luz do sol. Tal trajetória ACM não decidirá sem a parcela da cúpula pefelista mais confiável a FHC - incluindo-se aí o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC).

#### Podridão em brancas nuvens

ACM e Jader imolam-se mutuamente. Admitido o Ministério Público nas averiguações, o salve-se quem puder passará a depender da esperteza com a qual cada um soube ocultar suas proezas. Como disse o senador Pedro Simon (PMDB/RS): "Os dois estão certos, os dois são ladrões".

Outras sujeiras que revelam a podridão da república neoliberal vão passando em brancas nuvens, mas em grandes números: a revelação de que o Banco Central teve em 1999 uma reserva de R\$ 13 bilhões; ou de que o programa de auxílio aos banqueiros, o Proer, já gastou cerca de R\$

30 bilhões. Mais: estava sumido do Banco Central o processo sobre a liquidação do Banco Nacional, envolvendo familiares de Fernando Henrique - as fraudes atingiram R\$ 5,3 bilhões.

Em depoimento no Congresso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, declarou que o salário mínimo de R\$ 151,00 é o suficiente para comprar a cesta básica "e sobram R\$ 20". Foi interrompido pela fúria de 30 aposentados, aos gritos de "os aposentados estão passando fome!".

Fernando Henrique governa para os agiotas. No dia 31 de março reeditou pela 17ª vez a Medida Provisória nº 1963, que legalizou a cobrança de juros sobre juros nas operações bancárias - financiamentos imobiliários, cheques especiais ou qualquer tipo de empréstimo com prazo inferior a um ano. A permissão para a capitalização dos juros não existia na 16ª reedição.

O Supremo Tribunal Federal (STF), por seu lado, vai investigar o envolvimento dos ex-presidentes do Banco Central, Gustavo Franco, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Andrea Calabi, e do atual presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, em sonegação fiscal e evasão de divisa. Mais de R\$ 124 bilhões deixaram o país entre 1992 e 1998. Também estão sendo investigados os envolvidos no desfalque do Banco Nacional, Fernando Bezerra; do Trabalho, Francisco Dorneles; e o senador Iris Resende (PMDB/GO).

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## NACIONAL

# Derrotar os aliados de FHC e eleger candidatos comunistas

RENATORABELO\*

O neoliberalismo continua sua ofensiva em todo o mundo. A situação política mantém-se desfavorável para as forças revolucionárias. No Brasil, após o colapso financeiro do início do ano passado, a economia, monitorada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), garantiu a tranqüilidade aos credores internacionais. Neste ano, o centro da atuação dos comunistas continua sendo construir a unidade de amplas forças sociais e políticas para derrotar Fernando Henrique Cardoso e o projeto neoliberal. Esta é a referência maior, que leva em conta o projeto eleitoral do PCdoB, de ocupar posições nas eleições majoritárias onde for possível, eleger vereadores comunistas e derrotar os candidatos neoliberais na disputa municipal; e os interesses do país de adotar uma política que garanta sua soberania, o aprofundamento da democracia e uma orientação econômica que gere desenvolvimento e empregos. Foi esta orientação que esteve presente no programa nacional de rádio e TV do Partido, veiculado em março, onde reafirmamos a bandeira do "Fora FHC!" e pregamos a unidade em torno do Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho.

## Ofensiva da direita

A economia mundial vive um momento de crescimento contido, de semi-recessão. Dados da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), entidade intergovernamental de países industrializados, indicam uma ligeira aceleração do crescimento econômico: de 2,8% em 1999 para 2,9% em 2000. A China constituiu-se uma ilha de desenvolvimento, com um crescimento de 7,1% em 1999, mesmo com a crise asiática.

A realidade financeira dos Estados Unidos continua instável (o déficit comercial norte-americano cresceu, em 1999, 65% em relação ao ano anterior). A chamada "nova economia" (que envolve a informática) está com um faturamento correspondente a 1/5 das empresas tradicionais, mas seu valor de mercado é de até 8 vezes o daquelas empresas. São valores fictícios, que demonstram uma exacerbada prática especulativa. A economia norte-americana dá evidentes sinais de desequilíbrio. O déficit em conta corrente deve chegar aos 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2000. No artigo "America's new era", dois economistas britânicos, Wynne Godley e Bill Martin, apontam para uma Bolsa extremamente supervalorizada, para o colapso da poupança do setor privado e para um alarmante crescimento da dívida. Esses três fatores estão interligados. Em 1999, a poupança despencou para um recorde de -5,5% do PIB (ou seja, os gastos ultrapassaram a renda).

Nas últimas quatro décadas a poupança privada jamais havia caído a níveis negativos. "É impossível prever quando os bons tempos vão terminar na América. No entanto, quanto maiores forem os desequilíbrios financeiros, pior será o ajuste final de contas", dizem Godley e Martin. As taxas de juros cresceram nos Estados Unidos e na Europa e o preço do petróleo no mercado mundial só foi contido devido à pressão estadunidense sobre os países produtores para que aumentassem a oferta no mercado internacional. Na América Latina, o estoque da dívida externa é de 750 bilhões de dólares, representando 215% das exportações do subcontinente. Pela primeira vez, desde 1990, os pagamentos destinados aos juros e ao principal da dívida externa da região foram superiores à entrada líquida de capital estrangeiro. Ou seja: saiu mais dinheiro do que entrou!

O esforço dos governos visando obter elevados superávites primários na época da globalização, para demonstrar que são "confiáveis" aos investidores, denotam como vai se impondo a tirania dos mercados financeiros. Multiplicam-se os superávites, à custa do desemprego e do aumento da pobreza da população, como mostra o exemplo dramático do Brasil.

No campo político, mantém-se uma situação desfavorável para as forças revolucionárias. A esquerda mais conseqüente não consegue ainda apresentar-se como uma alternativa que galvaneze respaldo popular e confiança das massas. No final de março, na Espanha, numa aliança com o centro, a bancada comunista caiu de 21 para 8 deputados, enquanto os partidos de direita e centro-direita conquistaram novos postos. A abstenção foi significativa: mais de 35% do eleitorado não votou. Na Rússia, as forças de direita aproveitaram-se da guerra contra a Chechênia para capitalizar eleitoralmente a defesa da Federação Russa. O candidato governista, Vladimir Putin, ganhou no primeiro turno, com 51% dos votos. Isso quando o país passa por visível retrocesso econômico e social: desemprego alto, crise financeira, falência do Estado, fome se alastrando, redução da expectativa de vida de 64 para 58 anos, corrupção desenfreada. Para responder a essa situação, Putin, um quadro político formado pela KGB, apresentou uma plataforma de defesa de governo centralizado, afirmou que "a Rússia não pode se pulverizar", advogou a "ditadura da lei" para combater a corrupção e pregou o aprofundamento das reformas capitalistas e o estabelecimento de boas relações com o Ocidente, desde que haja "respeito pela Rússia" e que pare o expansionismo da OTAN. O Partido Comunista, liderado por Genadi Ziuganov, que nas eleições anteriores disputou a Presidência no segundo turno, desta vez não conseguiu sequer 30% dos votos. Na Áustria, os nazistas levantam a cabeça abertamente. Na

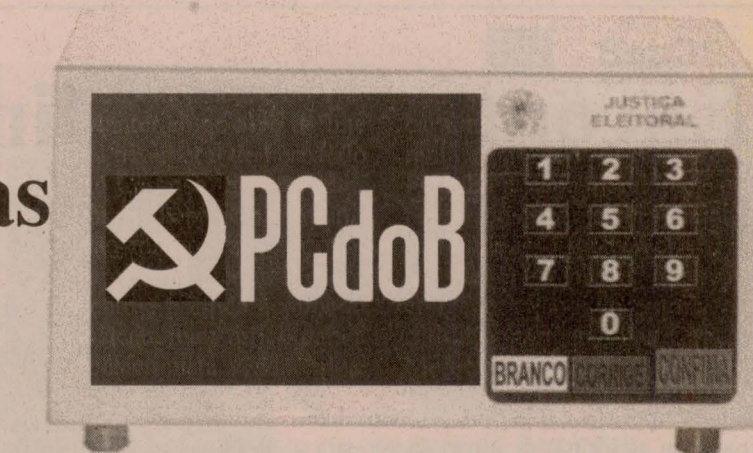
América Latina, as forças de direita também impõem sua orientação e mesmo políticos que se apresentam como social-democratas acabam adotando uma linha marcadamente neoliberal. O capitalismo adota uma reestruturação reacionária para fazer frente às dificuldades econômicas e sociais que cria e aprofunda.

## Brasil: dependência e vulnerabilidade

Em nosso país, o governo de Fernando Henrique pretende aproveitar a campanha eleitoral para alardear que a economia volta a crescer e que a crise foi superada. Mas o Boletim Diap/Fundap já alerta para a existência de "prognósticos otimistas" precipitados. O país está acentuadamente mais dependente e vulnerável. Mesmo as taxas de juros só tiveram uma pequena redução após a reunião da direção do FMI. A política monetária e de crédito do país é ditada de fora — o governo de Fernando Henrique é um mero executor das ordens do FMI. Os desequilíbrios se acumulam; nas contas externas se acentua um ciclo estruturalmente crítico; os déficits em transação corrente crescem. O passivo externo, que em 1993 era de US\$ 168 bilhões, mais do que dobrou, chegando a US\$ 370 bilhões no ano passado, segundo fontes governistas (representando 60% do PIB). São necessários muitos anos de superávites para mudar essa situação. O buraco só faz crescer.

No cenário político, a marca atual é a divisão na situação e também na oposição. Nas hostes governistas são claros os sinais de diferenciação, de demarcação. O PFL sob o comando de Antônio Carlos Magalhães está em alta tensão com Fernando Henrique, assumindo demagogicamente bandeiras oposicionistas. Jáder Barbalho, do PMDB, degladia-se abertamente com ACM. O PSDB, que no início do ano atraiu vários parlamentares do PFL para sua sigla, agora aproxima-se do PMDB para isolar ainda mais os pefelistas. Para o PMDB, existem possíveis vantagens: disputa a presidência do Senado em 2001 e, a depender de seu desempenho nas eleições, negociarão vantagens nas alianças para a disputa presidencial em 2002. Fernando Henrique, por sua vez, alimentando também projetos continuístas (talvez através do parlamentarismo), tenta desqualificar possíveis presidenciais, inclusive de seu próprio partido, o PSDB. Ao mesmo tempo, investe pesadamente na divisão da oposição. Trabalha tenazmente para isso, e tem conseguido alguns êxitos!

A oposição vive um momento de dispersão. Os governos estaduais oposicionistas enfrentam dificuldades (greve de professores da rede pública no Rio Grande do Sul, recentemente encerrada; crise no Rio de Janeiro: em Minas, Itamar rompe com o PMDB). As relações entre PT, PDT e mesmo PSB ficam tensas. Os esforços desenvolvidos,



em especial pelo PCdoB, para construir e fortalecer a unidade encontram dificuldades objetivas.

Estamos em uma nova fase, de "reapctuações", na situação e na oposição. Existe uma busca acirrada pela hegemonia, tanto em um lado quanto no outro, tendo por objetivo garantir posições para o pleito presidencial de 2002. O modelo político, econômico e social imposto ao país vai se esgotando, e as classes governantes vão fazendo modificações e adaptações, procurando um novo equilíbrio que as favoreça. Amplas camadas da população perdem a confiança nas instituições políticas, nos partidos tradicionais, nas elites, que desmoralizam-se de cabo a rabo. Mas essa perda de confiança não implica numa adesão automática à oposição.

Essas dissensões refletem-se nas disputas municipais que se aproximam. Nelas cada partido busca acumular forças, de olho na sucessão presidencial e na disputa pelos governos estaduais em 2002. Daí a pulverização de candidatos em vários Estados, inclusive na frente oposicionista (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre). Os comunistas buscam impedir o estilhaçamento da oposição, para que ela não perca o rumo e uma base de ação comum. Daí a insistência na elaboração de um protocolo de intenções entre os partidos, resguardando um nível de unidade que possibilite uniões em eventuais segundos turnos. Daí o empenho em construir ações de massas em torno do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Manter como alvo de luta a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Se o resultado eleitoral nos principais municípios não for favorável à oposição ao governo federal, o enfrentamento à política neoliberal também ficará mais difícil para a frente oposicionista... Mantém-se na ordem do dia a união das mais amplas forças nacionais contra o neoliberalismo. É o problema fundamental. Temos de enxergar mais longe e perceber que a batalha municipal é um momento desta luta maior.

## Os objetivos eleitorais dos comunistas

O PCdoB tem seus planos eleitorais definidos em boa parte do país. Em plano nacional, nossa meta é derrotar os que defendem a política neoliberal. Nos municípios, nosso objetivo principal é aumentar nossa bancada de vereadores — dobrá-la para duas centenas e divulgar as ideias do Partido. Há ânimo e um grande anseio do Partido em aparecer com sua fisionomia própria, com suas posições explicitadas nitidamente.

Para implementar nossa política, temos de analisar a situa-

ção em cada município, verificar o quadro de forças, como se darão as disputas entre os vários candidatos e partidos. Não podemos cair no espontaneísmo. A política de coligação partidária e de concentração de candidatos não está superada. Mesmo os outros partidos continuam a adotá-la. Devemos mantê-la. Podemos até ser mais ousados, dar passos à frente na apresentação de nossas propostas políticas próprias, mas sem abandonar a política de coligação e concentração. Não estamos vivendo uma realidade que possibilite o lançamento de inúmeros candidatos sem condições objetivas de serem eleitos. Em capitais onde nunca elegemos vereadores, ou elegemos apenas um, nada justifica que agora lancemos três, cinco candidatos "pra valer"! Onde temos condições de eleger três vereadores, devemos lançar três candidatos, e não um número superior.

A existência de um vereador comunista representa a presença do Partido em uma instância de poder do município. Representa a possibilidade de utilizar uma tribuna política para divulgar nossas análises e nossas orientações e ampliar nossa ligação com as massas. O vereador comunista transforma-se numa personalidade política, que tem destaque na cidade e no Estado. Não podemos subestimar sua importância: devemos concentrar esforços para garantir a eleição de nossos candidatos. A eleição é um meio de medirmos a influência do Partido na sociedade. Temos de traçar uma tática habilidosa que garanta a vitória dos vereadores do PCdoB em cada município e ocupe espaços nas eleições majoritárias onde isso for viável.

Devemos buscar alianças e coligações que favoreçam a vitória de comunistas nas Câmaras Municipais. As alianças e coligações não foram superadas. Elas podem nos favorecer — é por isso que a proposta de reforma eleitoral dos governistas pretende proibir as coligações. Elas propiciam vantagens para os partidos oposicionistas. Se saímos sozinhos nesta disputa, com a atual correlação de forças, seremos prejudicados.

A Comissão Política do Comitê Central acompanhará atentamente o desenrolar das eleições municipais. O objetivo do PCdoB não é marcar posição ou simplesmente lançar novas lideranças. Nosso objetivo principal é eleger vereadores!

\*Vice-presidente do PCdoB. Informe apresentado à 16ª reunião da Comissão Política do Partido em 1999. A publicação da conjuntura internacional teve a participação de José Reinaldo de Carvalho, secretário de Relações Internacionais do PCdoB.

PCdoB

# Encontro analisa finanças do Partido

**R**ealizou-se nos dias 18 e 19 de março, em Brasília, o III Encontro Nacional de Finanças do PCdoB. Responsáveis pelo trabalho de finanças de 20 Estados fizeram um balanço do Plano de Contribuição Permanente, analisaram as exigências legais relativas à prestação de contas da próxima campanha eleitoral e debateram as formas de arrecadação para o pleito deste ano, bem como os novos horizontes de financiamento da atividade partidária que precisam ser abertos.

O secretário nacional de finanças, Ronald Freitas, apresentou um balanço da aplicação da política que o Partido vem implementando nesta área desde o 9º Congresso. Destacou que "o problema da captação e controle dos recursos financeiros está sendo cada vez mais assumido pelos níveis dirigentes do Partido como um problema político que merece atenção das direções e não pode ser tratado separadamente das questões referentes à construção partidária nos campos organizativo, de formação, propaganda e ação política de massas." Ainda assim, a área de finanças foi a que menos se desenvolveu no conjunto das tarefas referentes ao Plano de Estruturação Partidária.

Na busca das razões para um ainda limitado desempenho dessa área, até o presente, há pouca preocupação em criar condições materiais suficientes que permitam a consecução plena dos objetivos políticos traçados pelo Partido. Ainda somos prisioneiros do voluntarismo nesse campo, quando acreditamos que a realidade nua e crua das coisas importa menos do que simplesmente a nossa vontade de realizar algo ou, ainda, a crença de que nossa vontade seja realizável pelo simples fato de as bases do pensamento revolucionário se apoiarem em fundamentos científicos. Manifestações de espontaneísmo dão base operacional ao voluntarismo na medida em que não se planeja as ações a executar, não se faz orçamento de seus custos e não se prevê as fontes de recursos que permitam realizar as tarefas. "Voluntarismo e espontaneísmo são irmãos siameses que necessitam ser superados", afirmou Freitas.

O Sistema de Contribuição Permanente corresponde a um pequeno percentual do financiamento das despesas partidárias tendo, no entanto, potencial de crescimento - sua participação pode crescer para pelo menos 30%. Para tanto as instâncias dirigentes devem estimular corretamente o militante a contribuir e ser capaz de efetuar mobilizações internas à semelhança das que acontecem nas áreas de formação, organização e propaganda. Existem vários organismos partidários espalhados pelo Brasil fazendo finanças em pequena escala para sua manutenção, mas sem participar do Sistema de Contribuição Permanente do Militante. Isso demonstra uma incompreensão política e uma debilidade ideológica de certos níveis de direção pois o centro de gravidade de um partido como o nosso é seu Comitê Central, e mantê-lo materialmente é dever de todo militante, de todo dirigente, em todos os níveis.

## Vereador comunista ameaçado de morte

**O** vereador Almir Forte, do PCdoB de Cachoeiro de Itapemirim (ES), teve a morte encomendada a um pistoleiro. Um advogado do Estado publicou matéria citando o nome do promotor Jean Claude de Oliveira, denunciado por Forte na Câmara por intervenção duvidosa na Santa Casa de Cachoeiro. O vereador comunista está enviando material ao procurador geral da República e à Polícia Federal para investigações.



Mesa que dirigiu o Encontro de Finanças (ao centro, Ronald Freitas)

Como conclusão foi ressaltado o papel primordial que cabe às direções estaduais e municipais no sentido de relevar o trabalho de finanças e alcançar as seguintes metas ainda este ano:

a) fazer com que todas as contribuições militantes que não são recebidas através do Sistema de Contribuição Permanente passem a sê-lo.

b) incluir os dirigentes ao Sistema fazendo com que:

- todos os membros do Comitê Central e dos Comitês Estaduais sejam agregados;
- sejam alcançados os membros dos 200 Comitês Municipais e Distritais dos municípios considerados prioritários pelo Plano de Estruturação Partidária;
- seja atingida a meta de 2000 contribuintes até o final do ano;
- todos os Estados constituam sua secretaria estadual de finanças.

c) Elaborar, no âmbito de cada Estado, um Plano Anual de Finanças que:

- mobilize o Partido em torno da contribuição militante;
- fixe metas de contribuintes para este ano.
- estabeleça as diversas fases que compõem o plano para atingir a meta de incorporação de militantes ao sistema;
- adote um orçamento básico;
- padronize o sistema de prestação de contas do Estado;
- institua mecanismos de controle e execução orçamentária.

Já na discussão sobre as finanças de campanha foi evidenciada a necessidade de estender à arrecadação financeira o esforço que sempre é realizado para construir um quadro político favorável à eleição dos candidatos comunistas. O primeiro e elementar passo é o de fazer um orçamento dos custos da campanha, definir as fontes de financiamento e o fluxo dos desembolsos. Como diz a resolução do Comitê Central sobre o pleito deste ano, é preciso "deliberar, no âmbito dos comitês estaduais, a formação de um *Fundo Financeiro de Campanha* e tomar as medidas necessárias para sua viabilidade e funcionamento desde já."

A arrecadação dos recursos para a campanha terá basicamente três grandes fontes: a) *as finanças de massa*, que consistem na confecção de carnês de contribuição, rifas, festas, jantares etc... b) *a arrecadação indireta* obtida através da cedência gratuita de salas, veículos, material financiado por um aliado, programa de TV patrocinado pela chapa majoritária da coligação etc... c) *as finanças especiais* que, para serem concretizadas, dependem da ampliação do horizonte de arrecadação financeira. Elas consistem em buscar contribuições junto a industriais, comerciantes, empresários que tenham contradição com a atual política econômica. Baseada em relações políticas claras e no compromisso de luta contra o projeto neoliberal, esta é uma fonte possível, plenamente justificável e necessária.

Foi chamada a atenção para a importância da prestação de contas da campanha. Esta é uma exigência legal cujo cumprimento não deve ser deixado para a última hora pois, se descumprida, leva à não diplomação do candidato eleito. Com a utilização de transparências foi feita uma explanação, farta em detalhes, sobre os aspectos legais da gestão e movimentação financeira da campanha. Na ocasião, dúvidas e questionamentos levantados pelos participantes do encontro foram esclarecidos. Uma cartilha preparada pela assessoria jurídica e pela Comissão Nacional de Organização traz, em detalhes, as regras eleitorais e o que deve ser feito para cumpri-las a contento.

Por fim, o Encontro discutiu a necessidade de o Partido ampliar suas fontes de arrecadação através de finanças especiais que consistem, basicamente, em transformar a influência política do Partido em recursos financeiros. Falando em nome da Comissão Nacional de Finanças, o deputado Edmilson Valentim destacou que "captar mais recursos a partir das relações políticas com amigos e aliados, tendo como referência o campo de alianças definido no 9º Congresso e no Programa Socialista, é questão chave para enfrentarmos o desafio das finanças, hoje é um dos maiores entraves ao plano de estruturação partidária."

## TRE/BA censura comunistas na TV

**N**o último dia 24 o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia mais uma vez provou sua submissão ao PFL, ao proibir uma série de inserções do PCdoB na TV. A decisão judicial, tomada pela desembargadora Acy Ferreira Dias, foi adotada porque o PFL sentiu-se atingido por um dos textos de 20 segundos que seria divulgado. Ao acatar ação movida pelo PFL, a desembargadora praticou uma censura prévia, vedada pela Constituição brasileira.

Acy Ferreira Dias tomou por base apenas uma inserção veiculada pelo PCdoB no dia 17 de março, quando a deputada comunista Alice Portugal apontou o apoio do senador Antônio Carlos Magalhães ao governo FHC, denunciou irregularidades no Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) mantido pelo governo estadual, pediu apuração para as denúncias de envolvimento do líder do governo na Assembléia Legislativa da Bahia com a máfia do roubo de cargas e citou o episódio relatado pela ex-primeira dama de São Paulo, Nicéia Pitta, onde é dito que o senador ACM interveio para que a empreiteira OAS recebesse pagamentos.

Em discurso realizado na Câmara dos Deputados no dia 28 de março, o deputado federal Haroldo Lima condenou a censura prévia imposta ao PCdoB. Para o deputado, no afã de servir ao grupo político hegemônico baiano, a desembargadora extrapolou até o pedido formulado pelo PFL, vedando a exibição de todas as inserções a que o PCdoB tem direito. "A proibição da veiculação da propaganda político partidária do PCdoB foi assim um ato arbitrário, ilegal, discriminatório e faccioso", declarou Haroldo.

A medida também foi contestada pelo presidente estadual do Partido e vereador em Salvador, Daniel Almeida, para quem a decisão constitui censura prévia por se basear apenas em inserções veiculadas anteriormente e que não necessariamente seriam repetidas nos novos programas. O Partido está buscando caminhos legais para provar que o conteúdo do programa não fere a legislação, conforme argumentou a desembargadora em seu despacho.

O deputado Haroldo Lima acredita que a questão poderá ter de ser decidida pelo Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, já que até hoje não se tem notícia de uma única decisão do TRE baiano que tenha contrariado os interesses do grupo carlista. "O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia tem se caracterizado como uma corte serviçal, subserviente aos interesses dos poderosos da Bahia e, via de regra, tem contribuído para a usurpação de mandatos políticos por parte de candidatos derrotados do PFL", ressaltou.

Haroldo citou exemplos de arbitrariedades como o fato de que só recentemente o prefeito legitimamente eleito do município de Várzea da Roça conseguiu recuperar no Tribunal Superior Eleitoral o mandato que lhe foi usurpado por mais de três anos pelo candidato pefelista, a partir de protelações e manobras exercidas pelo TRE. Lembrou, também, o caso do vereador do PCdoB em Livramento de Nossa Senhora, João Cambuí, que demorou quase três anos para assentar junto ao TRE o mandato que lhe foi conferido pelo povo e que a Justiça Eleitoral da Bahia teimava em lhe usurpar para entregar ao PFL.

A Editora Anita Garibaldi está relançando o livro *A educação revolucionária do comunista*, que reúne 8 textos escritos no período da clandestinidade por Diógenes de Arruda Câmara. São textos que servem à formação dos que lutam pelo socialismo em nosso país.

Pedidos para Editora Anita Garibaldi, a R\$ 10,00 o exemplar.

R. Monsenhor Passalácqua, 158, CEP 01323-010 São Paulo/SP.

Fones: 11 289-1331 ou 3266-4312. Correio eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br



## NACIONAL

## Congresso de embusteiros

JOSÉ REINALDO CARVALHO\*

Um certo jornal denominada “Inverta”, publicado no Rio de Janeiro, mas desconhecido dos grandes contingentes de militantes da esquerda brasileira, anuncia em editorial de sua edição de 15 a 20 de março a realização de um suposto congresso de refundação do partido comunista no Brasil. Muito embora a insignificância da citada publicação e a indiferença da militância comunista para com o fictício congresso a que se refere, o citado editorial apareceu também na rede mundial de computadores, talvez em razão da ignorância, por parte de quem o publicitou na Internet, quanto à realidade brasileira e do movimento comunista no Brasil.

Além da falta de originalidade ao importar mecanicamente uma expressão relacionada a uma realidade singular, de um período já passado do movimento comunista na Europa, os organizadores do suposto congresso mentem, ao tentar substituir a realidade por seus próprios sonhos delirantes. São embusteiros e falsificadores. As afirmações que fazem resvalam para a torpe provocação.

## Esclarecendo fatos

Insisto, o anunciado congresso não tem qualquer significação em nosso país, mas, para quem eventualmente não conheça a realidade do movimento comunista no Brasil, é necessário esclarecer os fatos, começando por reafirmar que neste país sul-americano funciona há 78 anos ininterruptos o Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922. Esse Partido percorreu uma trajetória gloriosa de lutas e fundiu sua história à do povo. Não há como entender o desenrolar da vida política nacional nas últimas oito décadas, sem considerar a existência do Partido Comunista do Brasil. O apoio aos esforços pela industrialização do país, nos anos 30; o combate ao nazi-fascismo, na primeira metade da década de 40, com a contribuição decisiva dos comunistas para o Brasil aderir à aliança soviético-anglo-americana e enviar para os campos de batalha italianos uma força expedicionária; a democratização do país na seqüência do triunfo das forças democráticas no imediato pós-guerra; o combate pela afirmação do Brasil como nação soberana; pela reforma agrária, pelos direitos do povo, nos anos 50 e 60; o enfrentamento à ditadura militar nos anos 60, 70 e metade da década de 80, até mesmo de armas nas mãos; a participação dos comunistas na Assembléia Nacional Constituinte que democratizou o país em 1988; o empenho na atualidade para formar uma frente única de todas as correntes democráticas, patrióticas e populares na luta contra o neolib-

beralismo – tudo isso constitui o rico patrimônio de feitos revolucionários do Partido Comunista do Brasil. Por isso, soa como defraudação da consciência revolucionária e do sangue derramado pelos comunistas durante oito décadas, a afirmação do “Inverta” de que foi uma sucessão de equívocos o percurso dos comunistas brasileiros nas últimas seis décadas.

## Reorganização em 1962

O movimento comunista viveu ao longo dessas décadas situações delicadas, cometeu erros, incursionou em desvios, viveu impasses. Mas quando se apresentou aos comunistas brasileiros a disjuntiva entre liquidar o Partido, seguindo a via oportunista, e defender o verdadeiro Partido Comunista, revolucionário e internacionalista, e se tornou inevitável a cisão nas fileiras partidárias, eis que o Partido Comunista do Brasil foi reorganizado em 18 de fevereiro de 1962, quando se assinala o verdadeiro resgate das posições marxistas-leninistas no Brasil. Desde então, e já lá vão quase quarenta anos, arrostando imensas dificuldades, entre as quais mais de duas décadas de dura clandestinidade imposta pela vigência de uma ditadura fascista no país, e colocado no alvo de uma ofensiva política e ideológica de caráter regressivo, a trajetória dos comunistas no Brasil tem sido marcada pela permanente construção de uma organização política de combate dos trabalhadores brasileiros.

O Partido Comunista do Brasil tem funcionamento normal em todos os Estados da Federação brasileira, em mais de mil municípios. Possui uma atuante bancada parlamentar de 7 deputados federais (nacionais), 11 deputados estaduais e 105 vereadores (conselheiros municipais). Participa da gestão pública em mais de 100 municípios em aliança com forças democráticas e progressistas. O PCdoB dirige uma corrente sindical que detém 20% da principal central sindical de esquerda do país, a Central Única dos Trabalhadores, é a principal força dirigente do movimento estudantil universitário e secundarista, através da União da Juventude por ele dirigida. Atua ainda em inúmeras associações populares nas periferias e favelas das grandes cidades. E tem destacada participação no movimento camponês.

## Anúncio falso

É um Partido legal, que corre regularmente às eleições, politicamente relacionado com todas as forças democráticas do país. Os comunistas brasileiros, organizados no PCdoB, estão entre os principais artífices da Frente Democrática de Oposição Popular, constituída também pelo PT, o PSB e o PDT.

No plano internacional, o Partido Comunista do Brasil desenvolve relações com dezenas e dezenas de partidos comunistas, operários, democráticos e progressistas em todo o mundo, inclusive os partidos comunistas que estão no poder. É membro ativo do Fórum de São Paulo, articulação ampla de partidos de esquerda na América Latina e Caribe que atrai a atenção de diversos partidos de esquerda de outros continentes.

Fiel às suas tradições de partido centralizado e democrático, o PCdoB realiza normalmente seus congressos, sendo que o último transcorreu na cidade de São Paulo em outubro de 1997.

O anúncio do “congresso de refundação do partido comunista” no Brasil é tanto mais falso quanto se sabe que a outra agremiação denominada comunista no Brasil, o PC Brasileiro, realizará seu 12º congresso ordinário em abril deste ano, cuja ordem do dia inclui entre os principais temas o debate sobre a unificação dos comunistas e cuja tese-guia propõe o aprofundamento de relações com o Partido Comunista do Brasil.

Quanto a este, credenciado pela história e confirmado pela sua inofensável presença e influência política e social no país, segue seu caminho de luta pelo socialismo científico, cujos fundamentos foram lançados há século e meio por Marx e Engels, enriquecidos por Lênin; socialismo renovado pelas lições extraídas dos grandes embates de classes do século XX; socialismo que toma como ponto de partida a teoria científica e a realidade nacional, a luta concreta, não a fraseologia oca e pseudo-revolucionária, a ligação com as massas trabalhadoras e populares, enfim, a ciência política ligada à vida, que é a verdadeira fonte de uma estratégia e tática revolucionárias.

Membro do Secretariado do Comitê Central do PCdoB, responsável pelas Relações Internacionais



Niskier, Temer e Rebelo na abertura do Seminário

## Seminário é marco na defesa do idioma

Na opinião do 1º Secretário da Mesa da Câmara, deputado Ubiratan Aguiar (PSDB/CE) o seminário *Idioma e Soberania: Nossa Língua, Nossa Pátria – Uma reflexão sobre as transformações e a preservação da Língua Portuguesa*, realizado em 14 e 15 de março na Câmara Federal, por iniciativa do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), representa o “marco-zero em defesa do idioma”. O seminário contou com a presença dos ministros da Educação e dos Esportes e Turismo, respectivamente, Paulo Renato Souza e Rafael Greca; do diretor de Educação do Conselho Nacional de Resistência Timorense, Padre Filomeno Jacob; do pedagogo e acadêmico Arnaldo Niskier, representando a Academia Brasileira de Letras (ABL); do jornalista Fernando Segismundo, diretor da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e do ex-deputado Paes de Andrade.

## Defesa do idioma

O professor e pedagogo Arnaldo Niskier, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, lamentou a degradação da Língua Portuguesa: “O fim da escola normal, os baixos salários de professores e especialistas, o preço de capa dos livros, a valorização da civilização eletrônica e a destruição das antologias escolares são elementos que não podem ser descartados, nesse lamentável processo de desconstrução do nosso idioma”. Niskier elogiou o projeto do deputado Aldo Rebelo, que visa a proteger e divulgar nossa língua, além de incentivar seu ensino e aprendizado. “A proximidade do terceiro milênio excita a imaginação e hoje sentimos a necessidade de uma boa atenção à língua portuguesa. Trata-se de uma das 6 mil línguas do mundo. Sendo falada por 200 milhões de pessoas, não pode ser comparada a um simples dialeto”, enfatizou.

O professor e jornalista Fernando Segismundo, diretor da ABI, qualificou de “esdrúxula” a linguagem usada pelos meios de comunicação: “O domínio do capital externo sobre nós atinge nossa língua e nossa identidade”, acusou.

O deputado Aldo Rebelo lembrou que a língua portuguesa passa por um período de desnacionalização lingüística. “A desnacionalização da língua vem, pa-

lavra por palavra, na forma de um bilingüismo sorrateiro que forja uma combinação babélica”, advertiu. Ele afirmou que as repartições públicas são obrigadas a praticar o vernáculo, mas o Banco do Brasil oferece o “personal banking” e o Banespa, o “Net-banking”. Aldo criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso por usar numa entrevista a expressão “fast track”. Para o organizador do seminário, “o poliglôto é uma qualidade que todos almejamos, mas nunca em prejuízo da língua materna em que fomos alfabetizados e pela qual expressamos melhor nossos sentimentos.” O parlamentar criou o Movimento Nacional de Defesa da Língua Portuguesa. Para ele, todos os falantes do idioma, devem se conscientizar que o português “é belo em seu conjunto léxico e cheio de virtudes”.

## Contra estrangeirismos

O jornalista Eduardo Martins, autor do Manual de Redação e Estilo do jornal *O Estado de S. Paulo*, explicitou os excessivos estrangeirismos e os erros de português ocorridos em exames vestibulares. Ele condenou o que qualificou de “guetos lingüísticos”, gerados pelo uso indiscriminado de palavras em inglês em anúncios. “Não sou xenófobo”, disse, reconhecendo que, em alguns momentos, o uso de palavras estrangeiras pode ser necessário.

A professora Enilde Faulstich, do Instituto de Letras, chefe do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernáculos da Universidade de Brasília, historiou o desenvolvimento de nossa língua: “Como língua transplantada, o português no Brasil experimentou o isolamento espacial, mas reforçou a sua unidade”.

“No dia em que o Brasil tiver mais escolas e creches, terá menos hospitais e prisões”. Afirmou a escritora Lygia Fagundes Telles. Convidada para discorrer sobre *Língua e Literatura*, a escritora paulista declarou seu amor à língua portuguesa e aos autores portugueses e brasileiros de sua predileção. Quanto à evolução da Língua Portuguesa no Brasil, Lygia afirmou: “Escrevemos em português, mas o estilo é brasileiro”. E completou: “Não com açúcar, como disse Eça de Queiroz, a quem muito admiro, mas com sal”.



Os fundadores do Partido Comunista do Brasil, em 1922

## NACIONAL



Garra e entusiasmo foram as marcas da caminhada comunista

## Mais de mil pessoas na Caminhada pelo Rio

No dia 23 de março o PCdoB-RJ realizou uma grande passeata no centro da cidade. A "caminhada pelo Rio" divulgou a pré-candidatura da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB) à Prefeitura e comemorou os 78 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil.

A passeata saiu da Candelária às 17h e foi até a Cinelândia, onde os manifestantes assistiram em um telão ao programa nacional de TV do Partido. Cerca de 1000 militantes de todo Estado foram às ruas em passeata pelo centro do Rio de Janeiro, com palavras de ordem contra FHC e seu projeto neoliberal, pela unidade da oposição, por um salário justo e em defesa de um Rio com mais emprego saúde, educação e segurança. Durante a caminhada o telão exibiu os vídeos de formação política do PCdoB. A bateria do Bloco Luar de Prata, da Cidade de Deus e os capoeiristas do grupo capoeira Brasil, prestaram seu apoio e ajudaram a animar a manifestação, que esta-

va colorida por centenas de camisetas e adesivos fazendo a propaganda da pré-candidatura. Na Cinelândia, faixas pediam a expulsão da banda podre da polícia e saudavam a passeata, o aniversário do Partido e a pré-candidatura. Jandira, em seu discurso, alertou que a cidade do Rio de Janeiro precisa trilhar novos rumos e eleger um prefeito comprometido, acima de tudo, com a justiça social. Também saudaram a passeata, entre outros, a presidente estadual do PCdoB, Ana Rocha, o deputado estadual Edmilson Valentim (PCdoB), o vereador Fernando Gusmão (PCdoB) e o presidente estadual do PCB e pré-candidato a vereador Ivan Pinheiro.

A militância saiu entusiasmada com a ousadia do PCdoB de comemorar seu aniversário nas ruas, chamando atenção da população que saía do trabalho. A garra e o entusiasmo foram as marcas do PCdoB, decidido a tornar vitorioso seu projeto eleitoral em 2000.

## Espetáculo repugnante no Paraná

CYRO VIEGAS DE OLIVEIRA

Aliados do governador Jaime Lerner estão envolvidos com desvio de dinheiro público e tráfico de drogas. Repugnante. Assim pode ser qualificado o espetáculo de corrupção, improbidade administrativa e desrespeito à cidadania proporcionado por algumas das principais estrelas políticas ligadas ao governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL). No final de novembro de 99, foi denunciado o esquema montado pelo ministro Rafael Greca junto à máfia do Bingo para fazer o seu "caixa 2" para as eleições de 2002.

Nos três primeiros meses de 2000 novas denúncias surgiram, desta vez em Londrina. A estrela é o prefeito Antônio Belinati, aliado histórico do governador e que emplacou a esposa na vice de Lerner. As acusações não são modestas: desvio de R\$ 200 milhões de autarquias municipais. Parte desta dinheirama foi parar na campanha para a reeleição de Lerner. O prefeito londrinense pode ter seu mandato cassado pelos vereadores.

### Marginalidade estatal

Mas a estrela principal da tragédia lernista foi a do ex-secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira. Ele caiu menos de 15 dias após a chegada da CPI Nacional do Narcotráfico no Paraná. Já na instalação da Comissão na Assembleia Legislativa pôde se prever o nível de envolvimento do governo com o crime organizado. Cândido foi "convitado" a fa-

zer parte da mesa da CPI, após uma negociação de mais de 10 horas, feita com um só objetivo: salvar a pele do então secretário e, conseqüentemente, a do governador. O PCdoB foi o primeiro partido de oposição a pedir a renúncia do secretário, o que se confirmou dias depois.

A conclusão inicial da CPI foi taxativa: uma grande parcela da droga no Paraná é revendida com a "assessoria" da Polícia Civil. Mais recentemente chegou a denúncia de que a Polícia Civil fazia manutenção de seus carros com peças desmanchadas, numa inversão completa de valores, onde a bandidagem substitui a proteção do cidadão e a produção da própria Justiça.

O governo que dá guarida ao crime organizado é o mesmo que persegue e tortura trabalhadores rurais, cerca praças públicas, cobra pedágio dos viajantes, interfere na liberdade sindical e até processa manifestantes. A oposição ao governo Lerner exige a apuração de todas as irregularidades. No início de abril foi instaurado o Fórum em Defesa do Paraná, com a participação da Igreja, da OAB-PR, entidades do movimento popular e sindical e partidos políticos.

A pressão popular garantiu a abertura da CPI estadual do Narcotráfico. Apesar desta conquista, a população terá de ficar de olho nos deputados estaduais, pois o grupo lernista instalou outras quatro CPIs "laranjas" para desviar a atenção da opinião pública e impedir regimentalmente a criação da Comissão para investigar a cobrança do pedágio nas rodovias estaduais, esta sim importante para a sociedade paranaense.

## PCdoB reafirma apoio ao governo Garotinho e à unidade da esquerda

O PCdoB participou desde os primeiros momentos do esforço de construção da unidade que seria a base fundamental da vitória de Garotinho para o governo do Estado. Com isso, quebrava-se o avanço do conservadorismo que levou a um processo de destruição econômica, financeira e social do Rio de Janeiro.

O novo governo encontrou um estado falido, endividado, e fez um grande esforço para renegociar a dívida e tentar recuperar setores importantes da economia como o setor naval. Mesmo com algumas insuficiências, colocou no governo os partidos da Frente, fato inédito na administração de partidos de esquerda, inclusive aqui no Rio de Janeiro.

O PCdoB preocupa-se com a ofensiva dos setores ligados a FHC, expressa nos meios de comunicação, aproveitando-se de denúncias e dificuldades enfrentadas pelo governo da Frente, objetivando o rompimento da unidade da esquerda com vistas a 2000 e 2002. Ocorre justamente no momento em que o PSDB e governo federal se movimentam no sentido de reforçar a candidatura de César Maia como pólo da direita na disputa municipal. Essa ofensiva visa a desgastar um governo da Frente de esquerda com alto índice de popularidade em um Estado importante como o Rio de Janeiro.

Com a mesma responsabilidade com que construímos a Frente que garantiu a derrota do conservadorismo, temos de nos esforçar para impedir que o seu desmonte abra espaço para a direita. É fundamental derrotar os apoiadores e a política de FHC nas eleições municipais, sobretudo em capitais como o Rio de Janeiro. É nesse sentido que o PCdoB apoia e permanece no governo, considerando necessário reforçar a unidade da esquerda. Ao mesmo tempo exige que o governo enfrente as denúncias com apuração e providências concretas.

A crise que afeta o governo Garoti-

nho e que ganhou esse matiz político surgiu a partir da forma equivocada com que o governador conduziu a demissão do Coordenador de Segurança Luiz Eduardo Soares e que levou à saída de toda sua equipe, fragilizando uma das questões-chave para o governo e a população do Rio de Janeiro, que é a segurança. O fato de não ter demitido o chefe da polícia Rafik Louzada, colocou em dúvida a continuidade de uma política de segurança baseada nos direitos humanos, avessa à corrupção e à coerção. Essa crise na segurança levou a um desgaste real do governo diante da opinião pública. Permanece para o PCdoB a demanda da apuração das denúncias envolvendo policiais corruptos, abrindo caminho para uma política de segurança nos moldes do compromisso assumido na campanha eleitoral e implementada no primeiro ano de governo.

Essa crise que hoje tem novo contorno político torna fundamental o espaço de interlocução com os partidos da Frente. Que o Conselho Político seja convocado imediatamente. Com isso criaremos condições para evitar o isolamento e erros que desgastem o governo diante da opinião pública e o distancie dos partidos de esquerda que integram o governo.

O PCdoB exige que o governo intensifique a apuração das denúncias, tome medidas firmes e restabeleça em um novo patamar a interlocução com os partidos da Frente para que cada vez mais as respostas políticas do governo estejam sintonizadas com os anseios da população fluminense.

O fortalecimento da unidade e da credibilidade do governo é a forma de esvaziar a investida dos conservadores e garantir o espaço da esquerda nos próximos embates político-eleitorais.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2000

Comitê Estadual do PCdoB/RJ

## PT e PCdoB formalizam aliança em Porto Alegre

Em reunião realizada na tarde de 10 de abril na sede municipal do Partido dos Trabalhadores, PT e o PCdoB formalizaram a aliança para a disputa eleitoral municipal majoritária e proporcional em Porto Alegre. Esta decisão culmina uma série de tentativas que o PT e o PCdoB vinham desenvolvendo e já foi aprovada por unanimidade pelos diretórios municipais de ambos os partidos.

Além da importância local e regional dessas eleições, no sentido do fortalecimento e aprofundamento das conquistas com a Administração Popular e a defesa firme do governo Olívio Dutra, há o entendimento de que estas eleições têm um significado político nacional. Será uma resposta do povo de Porto Alegre à políti-

ca neoliberal do governo FHC que vem renunciando à soberania nacional, entregando o patrimônio público, liquidando com os direitos sociais, gerando o maior desemprego em nossa história e restringindo as liberdades democráticas. O PT e o PCdoB envolverão todos os esforços no sentido de ampliar esta aliança política e eleitoral com todas as forças do campo popular e democrático que se opõem ao governo FHC e ao neoliberalismo.

Porto Alegre, 10 de abril de 2000

Waldir Bohn Gass, presidente do Diretório Municipal do PT  
João Luiz dos Santos, presidente do Comitê Municipal do PCdoB

## Ianni veta reedição de livro com FHC

O sociólogo Octávio Ianni não quer mais ser publicado em parceria com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele recusou a reedição de um livro que ambos escreveram na década de 50 e que foi publicado pela primeira vez em 1960. *Cor e mobilidade social em Florianópolis* vai ser reeditado pela editora catarinense Insular com um novo título, *Negros em Florianópolis*, sem a parte escrita por Ianni.

O sociólogo somente não desaparecerá por completo do livro porque o editor vai manter a introdução de 1960, feita por ele em co-autoria com Fernando Henrique. Há dois anos Nelson Rolim de Mou-

ra trabalha para reeditar o livro, que conta uma parte da história da capital catarinense. "O professor Ianni me disse que não aceitava ver seu nome ao lado do presidente Fernando Henrique e que não queria ser republicado conjuntamente com ele", disse Nelson.

O livro, que foi dedicado a Roger Bastide e Antônio Cândido, manterá do original a introdução, o prefácio escrito por Florestan Fernandes, professor de ambos, e os capítulos de Fernando Henrique. A segunda parte do livro — "Economia e estrutura social" e "Aspectos do desenvolvimento da situação de contato" —, de Ianni, ficará de fora.

PCdoB

# II Plano de Estruturação Partidária – um bom começo

DILERMANDO TONI\*

Um breve balanço do andamento do II Plano de Estruturação Partidária nos primeiros dias de abril mostra que estão se criando as condições para que o Plano possa deslanchar.

Quase todos os Comitês Estaduais do Partido elaboraram os planos de seus Estados durante o mês de março, imediatamente após a Comissão Política do CC ter aprovado o Plano nacional no final de fevereiro. Isto é bem diferente do que aconteceu no ano passado. Rio Grande do Sul e Goiás que haviam se atrasado em 1999 desta feita foram os primeiros Estados a aprontar seus Planos. Mais que isso, na presente data os Comitês Municipais das cidades mais importantes do país também já têm os seus próprios Planos.

Esse avanço na consciência das direções partidárias sobre a necessidade de uma atividade planejada para superar o espontaneísmo ganhou expressão concreta quando vários Comitês Estaduais lançaram publicamente os seus Planos de estruturação por ocasião das comemorações do 78º aniversário de fundação do Partido.

Assim é que vai se tornando concreta a primeira fase do II Plano cuja essência é colocar toda a estrutura partidária em movimento. Pode se afirmar que até nos Comitês Municipais e Distritais, em praticamente todo



o país, o Partido já se movimenta organizadamente, discutindo as preliminares da campanha eleitoral e o II Plano. Agora, com o início do processo das Assembleias de Base, preparatórias das Conferências Municipais de junho próximo, esse movimento se elevará a um novo patamar.

Os Planos Estaduais revelam coisas interessantes. Em São Paulo e no Rio de Janeiro pretende-se filiar 6 mil novos camaradas. Em todo o Brasil, um levantamento parcial indica que a meta de filiação dos CEs ultrapassa as 20 mil pessoas. A preparação dos monitores que ministrarão o Curso Básico em Vídeo está se generalizando. Foram distribuídas 12 mil cartilhas sobre este curso. Nos 19 Planos Estaduais já elaborados estão estabelecidas as prioridades das cidades onde devem ser consolidados os Comitês Municipais respectivos. Além disso os CEs orientam para que todos os Comitês Municipais do Partido constituam pelo menos uma Organização de Base na área de sua atuação. Os Planos visam

preparar mais 500 monitores para o curso em vídeo. Quanto às finanças, todos os Planos estaduais reafirmaram a decisão de que só participarão das reuniões dos CEs com direito a voz e voto os membros que estiverem em dia com o Sistema de Contribuição Permanente Militante. Vários deles estenderam a decisão aos Comitês Municipais mais organiza-

Um levantamento preliminar indica que o PCdoB lançará cerca de 2 mil candidatos a vereador em quase mil municípios. Algumas dezenas de candidatos a prefeito e a vice-prefeito, inclusive em cidades de grande porte. O sucesso do II Plano de Estruturação Partidária depende da compreensão de que sua efetivação pode ajudar – muito – para que o Partido atinja seus objetivos na campanha eleitoral. Os candidatos do Partido, sobretudo nessa fase de pré-campanha, podem dar uma grande contribuição para o andamento do II Plano.

\*do Comitê Central

## Uma história brasileira

No dia 23 de março foram transmitidos os programas de TV e rádio do Partido Comunista do Brasil. Momento em que o Partido pôde, mais uma vez, lançar suas idéias em rede nacional. O PCdoB apresentou, de forma sintética, sua análise política para a atualidade, através de um programa em que o enfoque central foi o difícil cotidiano do povo brasileiro, com uma linguagem televisiva e radiofônica modernas.

O argumento do programa foi, inicialmente, inspirado no filme *Eles não usam black tie*, de Leon Hirszman, adaptado da peça de Gianfrancesco Guarnieri. Neste filme, o enfoque no cotidiano de duas famílias operárias no movimento sindical da década de 80, misturando a emoção com a realidade concreta vivida pelo povo trabalhador, são as linhas mestras do roteiro.

Com a preocupação de construir um clima de empatia com o público, neste programa, assim como no de 1999, desenvolveu-se uma pequena história que ia “costurando” e crescendo dramaticamente dentro da linha editorial do Partido. Inicialmente, as cenas da saída de fábrica e do ônibus, em que os personagens são apresentados: a mulher trabalhadora, o trabalhador desempregado, a jovem em seu primei-

ro emprego que observa as míserias através da janela da condução, o aposentado que conta moedinhas. Depois a reunião ficcional num sindicato. Reunião que, à medida que o programa avança, vai tornando-se mais cheia, dando a idéia de adesão popular em torno de um “movimento cívico” em defesa do Brasil, o que remete à fala final do programa, feita por João Amazonas, presidente do PCdoB.

As discussões dentro do sindicato, em que misturaram-se os personagens e lideranças sindicais reais (Wagner Gomes, Corrente Sindical Classista; Gilda Almeida, Federação Nacional dos Farmacêuticos; Onofre Gonçalves, Sindicato dos Metroviários de S. Paulo; Gregório Poço – Sindicato dos Motoristas de S. Paulo, entre outros), vão introduzindo e dramatizando os principais temas abordados, que são comentados por um narrador e dos depoimentos os dirigentes Jandira Feghalli, deputada federal do Rio de Janeiro; Sérgio Miranda, deputado federal de Minas Gerais; Inácio Arruda, deputado federal do Ceará; Renato Rabelo, vice-presidente do PCdoB e João Amazonas.

Assim, quando o personagem do desempregado diz “só vejo empresa fechando, estran-

geiro chegando” remetendo-se à crise e à falta de soberania, logo entra o narrador explicando, de forma simplificada e sintética, o processo histórico do capitalismo imperialista. Sérgio Miranda aborda os lucros absurdos dos bancos no governo FHC em comparação à situação do povo. Noutro momento, os personagens debatem sobre a democracia e se, no Congresso Nacional “nós temos voz ativa mesmo”. A reunião vai tornando-se mais cheia. Renato Rabelo denuncia a reforma política do governo, que golpeia partidos como o PCdoB.

João Amazonas propõe a formação de um movimento cívico em defesa do Brasil, conclamando à união do povo.

De volta ao sindicato, os personagens resolvem reagir contra tudo isso e filiar-se ao Partido. Todos se levantam dentro da pequena sala do sindicato num ambiente alegre de conagração.

Foi desta maneira que o PCdoB passou o seu recado na TV, e também no rádio, na data mencionada acima, bem próxima de seu aniversário (25 de março). São 78 anos de história de lutas ao lado do povo brasileiro.

Pedido de fita com os três últimos programas nacionais de TV através do telefone 0\_11 3104 4140, ao preço de R\$ 10,00.



Delegação latino-americana no Congresso da FSM

## Sindicatos realizam congresso mundial

Aconteceu de 25 a 28 de março o 14º Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM), em Nova Delhi, Índia. A Corrente Sindical Classista participou com três observadores: João Batista Lemos, Álvaro Gomes e Marcelino Rocha. Precedendo o Congresso, reuniu-se no dia 23 a Conferência Internacional de Solidariedade contra os bloqueios e sanções.

O Congresso teve uma forte marca antineoliberal e apontou propostas avançadas para se contrapor à nova forma de acumulação capitalista denominada neoliberalismo, que tem levado milhões de pessoas ao desemprego e à exclusão social. Entre as propostas aprovadas no encontro destacam-se:

1. Defesa do emprego, salários e seguridade social:

- a) Campanha pela erradicação da pobreza;
- b) Campanha pela eliminação do trabalho infantil;
- c) Campanha contra o analfabetismo;
- d) Campanha pela proteção ao meio ambiente;
- e) Campanha pela seguridade alimentícia; carta reivindicativa do campesinato com a inclusão da reforma agrária e desenvolvimento do meio rural com salários justos e níveis de vida condizentes para os trabalhadores rurais.

2. Campanha por melhores condições de trabalho:

- a) Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- b) Segurança no trabalho e proteção ao meio ambiente;
- c) Eliminação de todas as formas de discriminação da mulher e proteção dos direitos da mulher trabalhadora; eliminação de todas as formas de discriminação aos trabalhadores imigrantes.

3. Direitos sindicais:

- a) reconhecimento dos sindicatos por empregadores e governos;
  - b) Eliminação de todas as leis que impedem a criação de sindicatos e negociação coletiva;
  - c) Investigação pública de todas as violações dos direitos sindicais da repressão de sindicalistas e assassinatos de dirigentes sindicais.
4. Política de pleno emprego, por estratégias de desenvolvimento a serviço do povo:
- a) Política de pleno emprego;
  - b) Medidas efetivas para eliminar a pobreza, indigência, fome e desnutrição;
  - c) Reafirmar a soberania das nações;

d) Reforçar o papel das instituições públicas e sociais;

e) Reforma do sistema financeiro, incluindo o FMI e o Banco Mundial. Aplicação de rigorosa regulamentação dos bancos, evitando a especulação financeira e a financeirização da economia.

5. Apoio à campanha das Nações Unidas pelo desarmamento:

- a) Eliminação total de todas as armas nucleares e outros dispositivos de destruição massiva;
  - b) Fim dos bloqueios militares.
6. Pela aplicação de normas internacionais do trabalho e elaboração de novas normas destinadas à proteção dos direitos dos trabalhadores.

7. Solidariedade na luta por direitos dos povos e das nações:

- a) Pela eliminação de todas as tensões e conflitos na Ásia, África, Europa e América. Pela solução dos problemas por meios pacíficos;
- b) Fim de todas as formas de racismo e discriminação racial, xenofobia e ataques a minorias nacionais, religiosas e étnicas.

8. Promover a solidariedade, a unidade de ação e unidade em todos os níveis do movimento sindical e promover a cooperação sindical e a unidade dos trabalhadores para enfrentar a globalização neoliberal mediante lutas conjuntas.

Os delegados do Congresso ressaltaram a necessidade de mudanças na FSM no que diz respeito à eleição de uma direção mais dinâmica e mais atuante e uma melhor presença e enraizamento nas lutas.

Como afirmou o representante cubano no Congresso, “sabermos transpor as dificuldades que hoje afrontam nossa organização sindical mundial e, firmemente unidos, recuperaremos a vanguarda que uma vez desempenhamos e que nos cabe à frente das lutas dos trabalhadores, dos despossuídos e dos marginalizados deste mundo injusto e desigual em que vivemos hoje”.

A CSC participou da Conferência Mundial contra os bloqueios e as sanções e do Congresso contribuindo, durante os eventos, nos debates e discussões.

O Congresso teve a presença de 64 países, 126 organizações, 420 participantes e 29 novas organizações solicitaram filiação. Foi eleito Alexander Zhari- kov, da Rússia, como secretário geral da FSM.

ESPECIAL

# 500 ANOS DE LUTA

## NA CONSTRUÇÃO DE UM POVO, UMA CULTURA, E UMA NAÇÃO NOVOS

O dia 22 de abril de 2000 assinala os 500 anos do desembarque de navegadores portugueses no litoral da Bahia. O Partido Comunista do Brasil comemora esta data que marca o início da formação do Brasil e do povo brasileiro com a convicção de que este é um momento privilegiado para a reflexão sobre a nação e as dificuldades que a atual conjuntura mundial opõe à sua afirmação soberana.

Nesta ocasião, o PCdoB homenageia o povo brasileiro e seus heróis, protagonistas da história e criadores da nacionalidade.

Nação nova, entre tantas outras de civilização e cultura milenares, a despeito de estruturas sociais e políticas arcaicas que persistem, o Brasil é resultado do convívio histórico de gerações sucessivas que forjaram uma cultura original, base de uma civilização flexível, criativa, aberta e assimiladora, temperada pelos conflitos e lutas que pontuaram a trajetória de milhões de homens e mulheres que aqui viveram, trabalharam e agiram através dos séculos.

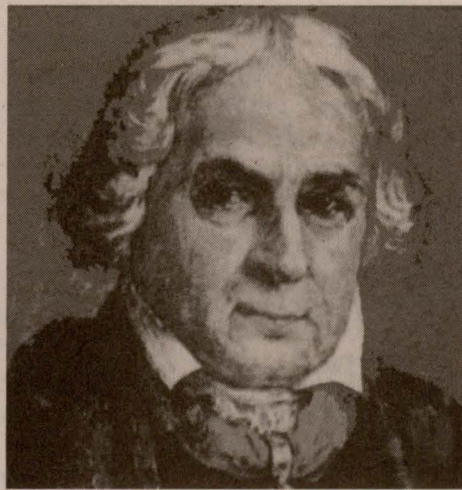
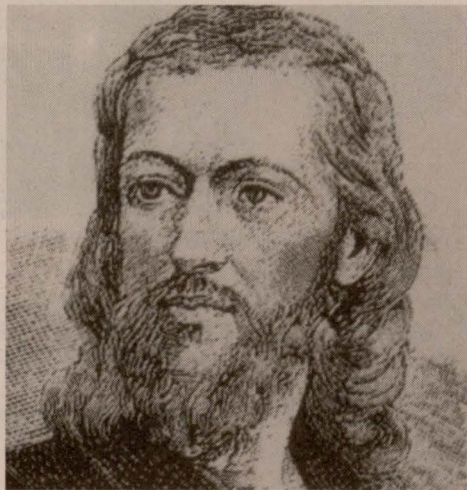
### O povo é o herói e o autor da nacionalidade

O povo brasileiro é o autor e o herói dos avanços ocorridos em nosso país; ele resulta do amálgama de povos do Novo e do Velho mundos. O processo histórico desta formação foi doloroso, brutal, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada. Mas o resultado é grandioso: um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade e assimilar as diferenças, que tem uma contribuição efetiva a oferecer à convivência entre os seres humanos.

Com o passar dos séculos, a mescla da base de cultura popular, de origem índia e africana, fundiu-se com os elementos europeus dominantes, gerando a cultura brasileira, marcando nossa gente com costumes, fé religiosa e formas de expressão que, aqui refundidas, representam a imagem mais característica dos brasileiros entre os demais povos.

A história destes 500 anos desmente as teses falsas que atribuem aos brasileiros uma "índole pacífica". A luta pela liberdade, pelos direitos do povo, contra a opressão estrangeira e a tirania, foi a marca da resistência popular. O movimento da história resultou, ao longo dos séculos, do conflito entre a elite dominante e o povo; colocada quase sempre em campo oposto ao da nação. Em geral a elite se opôs aos movimentos de transformação que ferissem seus interesses, limitando o alcance das mudanças ocorridas e constituindo-se, assim, em fator de atraso no desenvolvimento do país. É significativo, neste particular, a profunda opressão cultural que impôs ao povo brasileiro que, em 500 anos de história, viveu 308 anos sem ter tipografias, imprensa ou escola superior e 434 anos sem uma universidade digna desse nome.

O povo brasileiro defendeu-se, muitas vezes de armas na mão, contra a opressão, a tirania e a ameaça externa, marcando a história com o fio vermelho do sangue que derramou, desde a resistência indígena e dos africanos contra a escravidão, até as lutas operárias e populares características de nosso tempo.



Tiradentes e José Bonifácio: momentos diversos da saga da Independência

Esse processo conflitivo e cruento teve início com a resistência dos índios contra a escravização, no início da colonização. Os africanos escravizados foram também protagonistas pioneiros da luta pela liberdade no Brasil, deixando exemplos de heroísmo insuperável, como o quilombo de Palmares, ou a grande Revolta dos Malês, de 1835, em Salvador.

A idéia, vitoriosa, de uma nação autônoma e um povo livre germinou e se fortaleceu no conflito contra o domínio colonial. Um de seus marcos, momento criativo e de afirmação histórica da nacionalidade, ocorreu no século 17, com a expulsão dos holandeses que ocuparam o Nordeste, ocasião em que todo o povo se mobilizou e a elite agiu como uma liderança nacional autêntica. Todas as forças da Colônia – clero, camadas pobres, índios e até mesmo escravos e negros livres – uniram-se na campanha vitoriosa que derrotou, sem a ajuda de Portugal, a principal potência econômica, política e militar de então, a Holanda.

### Rupturas incompletas

O Brasil viveu, ao longo da história, momentos de ruptura institucional, ocasiões de efervescência revolucionária que mobilizaram o povo e as forças ligadas ao progresso. Entretanto, nunca o rompimento com as forças do passado foi completo. Foi marcado por rupturas que, ao colocar o país e o povo em uma situação nova, mais avançada, por outro lado mantinha vivas e atuantes as mesmas velhas forças que dominaram no passado que acabava de ser superado.

A Independência foi um movimento desse tipo. Figura, na versão oficial, como doação da Casa de Bragança. Mas a

história ensina que, ao contrário, ela foi conquistada pelas jornadas populares do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Recife, e nos campos de batalha, na Bahia, Maranhão e Piauí, onde o colonizador foi derrotado militarmente.

O rompimento com a opressão colonial tem raízes nas guerras do século 17 contra os holandeses; na Inconfidência Mineira de 1789, que projeta o perfil heróico do alferes Tiradentes; na Conjuração Baiana de 1798, ainda mais avançada, com bases populares e plataforma abolicionista. E deságua num primeiro ciclo revolucionário, de 1817 a 1850, quando o país vive uma vaga de revoluções como, entre muitas outras, a República de 1817; a Confederação do Equador, de Frei Caneca, e a Revolução Praieira, com centro em Pernambuco; as insurreições de escravos; a Guerra de Independência e a República Bahiense, no Recôncavo Baiano; a gigantesca epopeia popular da Cabanagem, na Amazônia; a Balaiada dos escravos e pobres livres do Maranhão e Piauí; a Revolução republicana dos Farroupilhas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O processo da Independência do Brasil é fruto dessas e outras jornadas rebeldes. Passa pelo episódio do 7 de Setembro de 1822, mas vem de muito antes e vai até muito depois.

A conquista da autonomia política não significou, porém, a derrota dos setores agro-mercantis, aliados internos da exploração estrangeira, formados durante o período colonial e que lograram dominar o processo da Independência, continuando vivos e atuantes à frente da política, da economia e da sociedade. O projeto autonomista e avançado de José Bonifácio foi deixado de lado, superado

pelo programa dos latifundiários, dos traficantes de escravos e dos interesses dinásticos da Casa de Bragança. Assim, o ciclo rebelde do século 19 não alcança a vitória, e a reação colonial e monárquica afogou em sangue, uma a uma, as revoluções localizadas que, embora com causas e objetivos comuns, não conseguiram se articular num movimento único. O Brasil que emerge dessa derrota é uma monarquia escravista e um baluarte reacionário.

O predomínio conservador não eliminou o anseio pela liberdade e pela democracia, que logo assumiu claramente a luta pela abolição, pela divisão das terras, pela autonomia do país e pela república. A abolição resultou de um vasto movimento de massas, que incluiu os escravos rebeldes contra aquele estatuto iníquo, os setores médios das cidades, a intelectualidade avançada e os primeiros elementos da classe operária, luta onde se destacam Joaquim Nabuco e Luís Gama. Foi uma conquista que eliminou o escravismo e lançou as bases para a transição para o modo de produção capitalista.

A obra renovadora da abolição foi completada pela instauração da República, apontando para um desenvolvimento democrático e autônomo. Correspondeu a um anseio nacional antigo, mas sua conquista resultou da ação de políticos moderados, ligados à elite modernizante, que preferiram mobilizar o Exército para expulsar o imperador, deixando de lado o povo e seus líderes, como Silva Jardim, Lopes Trovão, Raul Pompéia e tantos outros tribunos democráticos, afastados do movimento de 15 de novembro. Derrotada a monarquia, a República ficou, depois de muita luta, sob o domínio das forças conservadoras. Sua história foi marcada pelo conflito entre o mesmo programa arcaico das oligarquias, do colonialismo, da subordinação do Brasil aos interesses estrangeiros, e o programa republicano conseqüente e radical, voltado ao atendimento das demandas do país e às necessidades dos brasileiros, encarando o poder do Estado como instrumento para promover a democracia, a integração nacional, o desenvolvimento, a distribuição de terras e a afirmação da independência nacional.

Outro momento marcante da história foi o movimento de 1930, que derrotou a República Velha das oligarquias. Foi o fecho de um processo contraditório



A luta democrática é parte integrante da formação do povo brasileiro





A resistência ao neoliberalismo foi um dos marcos dos anos 90

rio que se manifestou já nos primeiros governos republicanos, quando o projeto de modernização foi derrotado, conflito cujo desenvolvimento levou, na década de 1920, ao primeiro sinal forte da necessidade de democratização do Brasil e da conquista de sua independência completa: o Levante do Forte de Copacabana, de 1922, início do movimento tenentista e marco da efervescência política dos anos 20, cujo ponto alto foi a heróica Coluna Prestes/Miguel Costa, que percorreu o interior do país resistindo às forças oligárquicas que dominavam o governo federal.

A luta pelas transformações já tinha a forma aguda da moderna luta de classes, opondo de um lado os setores mais avançados do proletariado, dos trabalhadores rurais, do povo, de facções democráticas, progressistas e nacionalistas da elite, à aliança dos proprietários (latifundiários, industriais, banqueiros, altos funcionários da administração pública civil e militar) e seus aliados externos.

O ano de 1922 sinaliza o início do rompimento com o passado no campo da política, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, emblema da consciência de classe revolucionária do proletariado brasileiro, que se pôs em pé com um programa de transformação radical, a substituição do capitalismo pelo socialismo.

Eram sinais das mudanças que ocorreriam nas camadas mais profundas da formação social brasileira, um movimento que levou, em 1930, ao início de uma nova fase na história do país. Nele, a tradição brasileira de transformações incompletas manifestou-se outra vez. As forças dissidentes das classes dominantes, no comando daquele movimento, atendendo a seu próprio interesse de classe, afastaram os trabalhadores e o povo do movimento transformador. O proletariado avançava em todo o mundo, inspirado pela Revolução Russa de 1917 e pela construção do primeiro Estado socialista, exemplo que acentuava o temor da elite aos trabalhadores. Era mais aconselhável e prudente, pensavam os novos governantes, apoiar-se na força militar e policial do que mobilizar as massas num movimento que poderia tornar-se incontrolável. Por isso, disse um líder liberal de então, "façamos a revolução antes que o povo a faça".

A despeito de seus limites, o movimento de 1930 introduziu o Brasil no século 20. O governo instaurado em 1930 reconheceu direitos sociais que operários e sindicatos exigiam há muito tempo; abriu caminho à industrialização e à modernização econômica e social do Brasil, rompendo, mesmo que moderadamente, com as imposições estrangeiras e com as exigências dos aliados internos do imperialismo.

Em 1964, as forças conservadoras implantaram a ditadura militar, aprofundando a subordinação do Brasil aos inte-



Grabois e Osvaldão: defesa da liberdade e de rumos socialistas para o país

resses do imperialismo, particularmente norte-americano, e eliminando arbitrariamente as limitadas conquistas sociais e democráticas alcançadas. A ditadura sanguinária de 1964 durou 21 anos. Foi derrotada pelo movimento democrático de massas, a resistência armada do Araguaia, a luta pela Anistia política, pela Constituinte, o movimento estudantil, as greves operárias em 1978/1980. Pelas multidões que, em 1984, exigiram Diretas-Já. Apesar das manipulações espúrias que evitaram a eleição presidencial pelo voto popular, o colégio eleitoral foi, afinal, palco da queda daqueles que se opunham às mudanças, com a derrota do candidato dos generais na última eleição presidencial indireta, em janeiro de 1985.

Desde há muito, os brasileiros encontram-se numa encruzilhada histórica, cuja irresolução causa a deterioração política e institucional, resultado da falta de sintonia entre os anseios e demandas do povo e do país com as imposições de governos subordinados às orientações do imperialismo e de suas agências. A crise do capitalismo de nosso tempo e a ruína da construção do socialismo na URSS e no Leste Europeu aprofundaram a ofensiva contra os direitos dos povos e dos trabalhadores, traduzida agora no programa neoliberal. No Brasil, o pioneiro desse projeto foi varrido da Presidência da República, rejeitado pelos milhões de brasileiros que saíram às ruas no movimento Fora Collor. Mas, desde 1994, a frente conservadora se recompôs, e seu representante, Fernando Henrique Cardoso, impõe ao país o mesmo velho receituário da dependência e da subordinação externas.

#### **Quebrar os grilhões do atraso e da dependência para construir um novo país**

Estes 500 anos têm sido uma época de revoluções mundiais, inicialmente com caráter burguês e mais tarde com feição proletária. Grandes nações, como a Inglaterra, Estados Unidos, França, Rússia, China, México e Alemanha viveram

transformações revolucionárias e avançaram graças a elas. Mesmo pequenas nações, como Cuba, Vietnã e Coréia do Norte, afrontaram as potências imperialistas e iniciaram mudanças profundas.

O Brasil nunca viveu uma revolução verdadeira – a mudança qualitativa das classes no poder, da economia, da sociedade e do aparelho estatal. Movimentos revolucionários não faltam na história brasileira, mas terminaram vencidos, afogados em sangue. As mudanças ocorridas, mesmo quando impulsionadas pela participação de amplas massas, assumindo formas radicais e violentas, permaneceram sob a égide de facções con-

reção segura e determinada, e o PCdoB dará o melhor de si para forjá-la.

Na alvorada do século 21, o conteúdo da revolução brasileira só pode ser a superação do capitalismo e a construção de um novo poder político e de uma nova formação econômico-social, socialista. À luz das experiências, conquistas e derrotas do século 20, o Partido Comunista do Brasil defende um socialismo renovado, com feições brasileiras, que aprende com a experiência mundial do proletariado mas não copia modelos importados. E, em meio à resistência antineoliberal em curso, busca os caminhos adequados para a transformação revolucionária da sociedade.

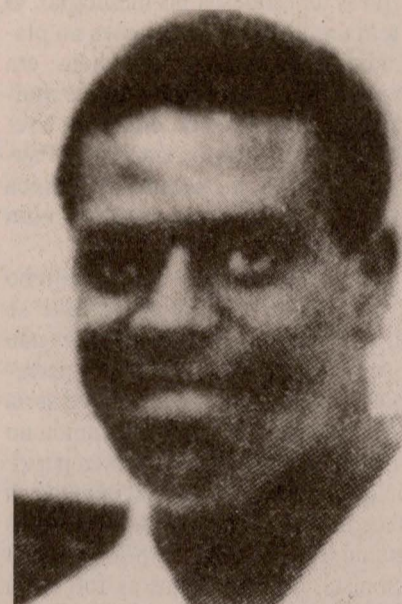
Ao longo destes 500 anos, em geral as classes dominantes do país se submeteram às metrópoles em troca da associação minoritária na pilhagem colonial e imperialista. Hoje, face à ofensiva mundial do neoliberalismo capitaneado pelos Estados Unidos, esta elite antinacional verga outra vez sua espinha e aplica com zelo o receituário imposto pelas autoridades e agências do imperialismo, vendendo a pátria e extorquindo o povo na nova *Derrama* que leva as riquezas brasileiras para os cofres da agiotagem financeira globalizada.

Cabe às classes trabalhadoras e aos setores progressistas e democráticos resgatar a bandeira da nação, abandonada pela elite antinacional, para que ela tremule cada vez mais alto na trincheira da resistência antineoliberal, da união de todas as forças avançadas no Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Nesta contenda de dimensão histórica, ampara-nos o legado de Aimberê e Zumbi dos Palmares, Tiradentes e Lucas Dantas, Frei Caneca e Pedro Ivo, Maria Quitéria e Anita Garibaldi, dos grevistas de 1917 e 1980, dos heróis da Coluna Prestes/Miguel Costa, dos combatentes da Guerrilha do Araguaia e da resistência urbana contra a ditadura de 1964, de Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhaudini e Ângelo Arroyo; de Carlos Marighela, Carlos Lamarca e Mário Alves; dos cara-pintadas de 1992; de toda a legião de homens e mulheres que lutaram por este povo e este país.

Eles nos deixaram um vasto território, uma grande nação e um esplêndido povo. Prosseguimos o seu combate; aprendemos com eles; concluiremos, sem falta, no século que vai raiando, a obra imensa da libertação do Brasil.

Abril de 2000

*Direção Nacional  
do Partido Comunista do Brasil*



servadoras. Por isso terminaram truncadas, incompletas, limitadas a reformas de alcance restrito, corrompidas pela conciliação com as velhas forças reacionárias e pelo medo da força do povo. Em consequência, os fatores de atraso nunca foram erradicados em profundidade.

A luta do povo brasileiro contra as adversidades resultou nesta obra constituída pela integridade do território nacional, pela cultura e a civilização originais aqui formadas, pela independência do país, pela conquista de liberdades públicas e cívicas, embora tênues e sob ameaça, das quais merece orgulhar-se e que devem ser comemoradas como um salto positivo e altaneiro deste meio milênio do início de sua formação.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – filho do povo trabalhador, protagonista e impulsionador das jornadas patrióticas, democráticas e sociais das últimas oito décadas – reafirma, por ocasião dos 500 anos, que o Brasil precisa quebrar os grilhões do atraso e da dependência. Essa é uma necessidade histórica, um imperativo da crise estrutural que a sociedade brasileira atravessa. Esta tarefa cabe às grandes massas do povo brasileiro. Exige, contudo, uma di-



Nas ruas, em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho

## NACIONAL

## São Paulo 2000, um novo marco

WALTER SORRENTINO\*

Mais uma campanha eleitoral se inicia e, particularmente em São Paulo, ela precisará superar a onda de desinteresse de parte dos paulistanos. Mas, na verdade, é justamente aqui que outubro pode abrir uma nova página. A década de 90 foi terrível, não só para o movimento social em geral mas para todos os setores produtivos do país. São Paulo pagou custo inaceitável por esse rumo. Uma nova administração, avançada, precisa abrir um outro ciclo político na cidade.

Uma prefeitura não resolve a crise do país, mas é certo que nela precisaremos adotar conjuntamente medidas para a solução ou minoração dos problemas mais urgentes, com a formação de uma nova cultura política de relação dos cidadãos com a cidade e o fortalecimento da oposição aos rumos que o governo central vem dando ao país, apontando a defesa da soberania, da democracia e dos valores do trabalho. A conquista da administração de São Paulo influenciará fortemente os rumos nacionais.

Quem pode sustentar uma renovação – política, administrativa, social e cultural – no município são as forças de esquerda, cuja base social é formada não só pelo movimento popular como também pelos setores médios, técnicos e produtivos. São os que almejam uma São Paulo melhor para se viver e conviver, trabalhar e se divertir, progredir, enfim, ter qualidade de vida. E têm condições de garanti-la porque detêm a melhor massa crítica de recursos humanos em todas as áreas.

A base política fundamental da nova gestão precisa ser a democratização, o incremento da participação popular na administração. A base social e econômica precisa ser o compromisso com a melhoria da qualidade de vida na capital, notadamente na área social e visando às grandes maiorias, e a utilização do potencial da administração paulistana para direcionar oportunidades de desenvolvimento.

A esquerda está plenamente unida. Seu núcleo principal está constituído pelo PT



Marta Suplicy: unindo a oposição

e o PCdoB, com a candidatura de Marta Suplicy. São os dois mais fortes e atuantes partidos de esquerda no município. O PT já tem um ativo de realizações no plano de administrações bem sucedidas, em São Paulo e outros Estados. Marta é muito bem preparada, além de dinâmica e realizadora. Ela é a própria cara de São Paulo e, o que é mais importante, é a única que pode vencer as forças do atraso num segundo turno eleitoral.

Outras candidaturas se apresentam no mesmo campo. É compreensível que se busque a afirmação partidária, embora não tão justificável quando poderíamos perseguir mais viavelmente a vitória, que seria de todos. Afinal, a esquerda está unida no plano nacional e nisso o PT joga seu papel. De qualquer modo, vamos pavimentar os caminhos desde já para nos encontrarmos no segundo turno, o PDT, o PSB, o PMDB oposicionista, o PPS e todas as forças da sociedade civil que têm sido, não raro, uma reserva moral e política do avanço.

Enfim, nas eleições de outubro, como nas demais mobilizações que se fazem necessárias, precisamos levantar a união e a luta de todos os que se opõem ao desmonte nacional, à destruição dos direitos do trabalho e à paralisia do desenvolvimento levados a cabo pelo governo FHC. Um governo como esse merece o desprezo dos brasileiros, e uma forma de demonstrá-lo é nas urnas. Já vencemos uma vez em São Paulo, em 1988. Vamos vencer de novo, porque o povo vê em nós a esperança de saída para a crise.

\*presidente estadual do PCdoB/SP

## Formada a Frente de Oposição de Salvador

Lideranças políticas do PCdoB, PT, PV e PPS definiram pela formação da Frente de Oposição de Salvador. Com a decisão, o PCdoB retirou o nome da deputada estadual Alice Portugal da disputa e o apoio a Nelson Pelegriño, deputado federal pelo PT e pré-candidato a prefeito pela Frente.

“É importante que todas as forças progressistas estejam unidas nas próximas eleições para que possamos eleger um prefeito realmente comprometido com os interesses dos trabalhadores. E a Frente tem toda condição de apresentar um projeto de governo alternativo para Salvador, pois mesmo com toda a manipulação da propaganda oficial, o grupo que hoje ocupa do Palácio Thomé de Souza demonstra cada vez mais que governa unilateralmente a cidade, realiza obras pontuais e privilegia a minoria, deixando a grande maioria à mercê da própria sorte”, destaca o vereador comunista Javier Alfaya, candidato à reeleição.

O lançamento da pré-candidatura da deputada Alice Portugal (PCdoB) jogou importante papel na construção da Frente. Recente pesquisa a coloca com 6% lugar. O PCdoB pleiteia a presença na



Lula e Pelegriño: enfrentando ACM

chapa majoritária, com Alice como vice-prefeita.

A última reunião dos partidos que estão compondo a Frente Popular ratificou o lançamento da chapa para o dia 14 de abril. O evento contará com as presenças de Lula e Zé Dirceu (PT), Jandira Feghalli e Agnelo Queiroz (PCdoB), Roberto Freire (PPS) e Fernando Gabeira (PV). O PCdoB deve ter presença destacada no evento, levando sua “caravana”. Isso se faz necessário, também, para reforçar as pré-candidaturas à Câmara Municipal.

## Fora Pitta

NÁDIA CAMPEÃO E JULIO VELLOZO\*

São Paulo vive uma crise de grandes proporções. Desemprego brutal, enchentes que matam dezenas a cada chuva, violência que bate recordes sucessivos, conflitos e desregulamentação no transporte coletivo e, sobre tudo isso, um mar de corrupção na Prefeitura e na Câmara. Pesquisa recente aponta que mais da metade da população da cidade mudaria de São Paulo se pudesse.

Essa situação tem responsáveis. De um lado o governo federal com sua política econômica que traz desemprego e miséria para o povo e que afunda os municípios em dívidas impagáveis. De outro, 8 anos de gestão corrupta e a serviço dos ricos, comandada pelo esquema de Maluf e Pitta.

As denúncias feitas por Nícea Pitta, ex-mulher do prefeito, comprovaram o que a cidade já sabia: São Paulo está sendo governada por uma quadrilha. Vereadores recebendo mesadas e prêmios por votações que interessam ao Executivo, secretários comandando esquemas de corrupção a partir de suas secretarias, mordomias do prefeito e de seus aliados pagas por fornecedores da Prefeitura, contas escondidas no exterior. Além disso vieram à tona conexões nacionais do esquema de Pitta: Gilberto Miranda, Antonio Carlos Magalhães e Fernando Henrique, por diferentes meios, têm ligações com os escândalos.

Segundo o Datafolha, 77% da população quer ver Pitta fora da Prefeitura. Manifestações se sucederam na frente da Câmara e da Prefeitura, com destaque para os estudantes que pintaram a cara e aos milhares – além de protestar contra FHC pediram a saída do prefeito.

O PCdoB, que, através da mobilização popular e do mandato da vereadora Ana Martins, esteve na linha de frente da luta contra a corrupção, defende a saída imediata de Pitta. Em recente Encontro Municipal foi aprovada a resolução de: 1. Exigir a imediata renúncia ou impeachment do prefeito Celso Pitta; 2. Exigir a imediata abertura de uma CPI na Câmara para investigar todas as de-



Caras-pintadas: “operação limpeza”

núncias, sem a participação dos vereadores acusados de envolvimento; 3. Exigir a imediata saída do vereador Armando Mellão da Presidência da Câmara; 4. Conclamar todo o movimento popular, estudantil, sindical, entidades da sociedade civil e a população de São Paulo a se mobilizar pela saída imediata de Pitta do governo, pela instalação da CPI e pela apuração de todas as irregularidades.

A Ordem dos Advogados do Brasil enviou à Câmara de Vereadores um pedido de impeachment. Foi indicada uma Comissão para analisar o pedido, com maioria governista. Sendo assim, é redobrada a necessidade de intensa mobilização popular para pressionar os vereadores a aprovarem o impeachment do prefeito.

## Marta para prefeita

Dia 1º de outubro vamos ter uma grande oportunidade de mudar São Paulo. Os votos que Maluf perdeu com as denúncias reforçaram as candidaturas da esquerda nas eleições. Marta Suplicy ampliou a sua vantagem sobre os outros candidatos e Luiza Erundina passou Paulo Maluf nas pesquisas.

São Paulo precisa de um novo poder: que democratize as decisões, que recupere o orçamento da cidade e o direcione para atender as necessidades mais prementes do povo, que gere empregos e que promova a qualidade de vida da cidade. Para enfrentar este desafio, o PCdoB e o PT se unem na eleição municipal em apoio à candidatura de Marta Suplicy para a Prefeitura, e esperam unir ainda mais forças nessa empreitada.

\*presidente e secretário de Comunicação do PCdoB paulistano

## O PCdoB e a crise do governo Itamar Franco

## Superar a crise – recompor a frente de centro-esquerda

1 O governo Itamar Franco enfrenta séria crise política. O possível rompimento com o PMDB, que em Minas incorpora, até agora, o movimento de oposição à política do governo federal, ameaça a frente de centro-esquerda que vem se estruturando no Estado. Este rompimento levaria não só à dispersão das forças que integram ou apóiam o governo de Minas, como retiraria do centro do debate a resistência ao projeto político, econômico e social aplicado no país pelo governo federal.

2 No contexto nacional é negativo o saldo atual da crise. Até agora, a grande contribuição do governo Itamar vem sendo a construção de uma frente política de centro-esquerda que se forja no Estado em clara oposição à política neoliberal de Fernando Henrique. Os inúmeros atos políticos, os encontros e seminários que se realizam em sintonia com a Assembléia Le-

gislativa, sobre um novo projeto para o Brasil, criam um ambiente e um pensamento favorável às forças de oposição ao governo federal. A interrupção dessa experiência conjunta representaria sério prejuízo político.

3 O PCdoB considera urgente que se reverta essa situação. Reafirma a importância da participação do governador Itamar Franco no sentido de reforçar as forças oposicionistas em nosso país. Para isso o PCdoB convida os partidos de esquerda e democráticos que, em conjunto com o governador Itamar Franco, realizem um esforço de garantir a continuidade do movimento de resistência ao neoliberalismo do qual Minas se tornou referência nacional.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2000

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
Comitê Estadual do PCdoB/MG

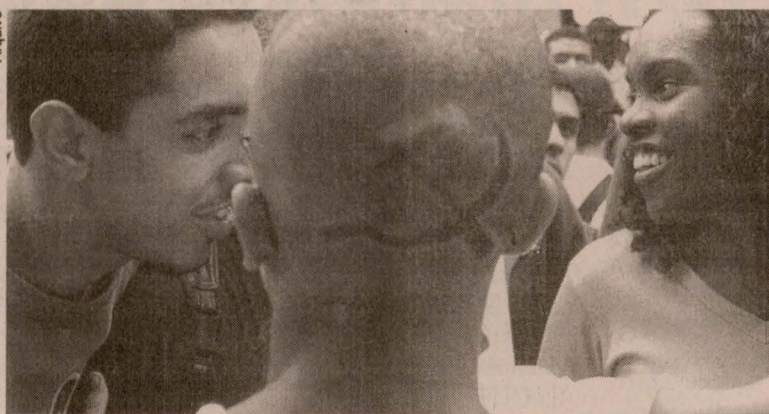
## MOVIMENTO

## “A consciência dos homens daqui é o medo dos homens de lá!”

ORLANDO SILVA JR.\*

Com esse lema, a União da Juventude Socialista – UJS – realiza o seu 10º Congresso, cuja etapa nacional será em Ouro Preto – Minas Gerais, de 19 a 21 de maio próximos. Desde fevereiro, milhares de jovens têm discutido as teses ao Congresso da UJS em encontros e reuniões de núcleos e nos locais onde atuamos. Em abril e maio é a vez dos congressos municipais e estaduais.

Já faz um tempo que Cazuza anunciava a angústia de tantos jovens, quando cantava “ideologia, eu quero uma pra viver”. Era a busca de uma referência que ligasse as últimas gerações à história de rebeldia e combatividade da juventude brasileira. Em tempos de “pensamento único” que insinua o fim do socialismo e insiste no individualismo como caminho para a realização humana, se torna mais necessário fortalecer uma referência política e ideológica para a juventude – isto significa de-



UJS: estudar para melhor compreender a realidade

envolver a UJS.

O 10º Congresso acontece num momento em que a grande maioria dos jovens brasileiros não tem perspectivas de futuro. No horizonte próximo só existem o desemprego e suas consequências. Nesse quadro apresentamos para a juventude o socialismo como única saída para a crise dos nossos tempos. Não se trata de proclamar princípios ou reafirmar qualquer tipo de “fé”. Apresentamos o socialismo como saída política viável, que parte da realidade do nosso país, das nossas contradições,

características históricas, culturais, econômicas e sociais.

Queremos promover o estudo do pensamento socialista para permitir uma melhor compreensão da realidade. Devemos estudar mais para lutar melhor, entendendo as ligações entre nossas atividades políticas mais cotidianas e a luta geral pela mudança de sistema. As idéias socialistas orientam a nossa luta e motivam a nossa galera. A motivação também vem do cultivo dos melhores valores criados pela humanidade e que, na prática, são rejeitados pelo

capitalismo: a solidariedade, a cooperação, a igualdade entre homens e mulheres, entre outros.

Entre os estudantes temos força e tradição. É hora de renovar nossos objetivos para que possamos continuar à frente desse que é o principal espaço de participação da juventude brasileira. Acumulamos força e podemos avançar no trabalho em outras frentes. Temos militância e alguma experiência entre jovens trabalhadores, pós-graduandos, artistas e na periferia. O Congresso deve aprovar os caminhos para nossa construção nessas áreas.

Outro aspecto do 10º Congresso da UJS é a realização de um balanço do nosso esforço de construção, abordando os principais limites e apontando os caminhos para a sua superação. Questões como formação, comunicação, consolidação das direções, efetivação das campanhas próprias e um crescimento mais consistente e planejado devem ser trabalhadas.

Evidentemente que esses

aspectos do Congresso derivam de uma discussão sobre a situação política atual e seu impacto na juventude, que nos levam a manter a denúncia do desemprego juvenil e luta pelo fim do governo FHC como questões políticas centrais a serem abordadas. É necessário dar continuidade às manifestações estudantis que participamos e colocar mais jovens em movimento, articulando essa atuação com nossa participação nas eleições municipais deste ano.

O PCdoB deve apoiar os comunistas que atuam na UJS a realizar um grande Congresso. Os congressos municipais e estaduais devem ser importantes e representativos atos políticos e culturais, com participação da juventude mais avançada que atua em torno do PCdoB e da UJS. Este Congresso deve ser uma onda de mobilização de mais jovens para construir um Brasil socialista.

\*presidente da UJS e membro do Comitê Central do PCdoB

## Estudantes voltam às ruas nas principais cidades do país

PRISCILASCHIEFER

A Jornada Nacional de Lutas da UNE e da Ubes pelo Fora FHC e em defesa da educação, agregando bandeiras de luta locais, trouxe de volta à cena política milhares de estudantes cara-pintadas, que tomaram as ruas na última semana de março, do Acre ao Rio Grande do Sul, das grandes cidades aos municípios interioranos.

O 28 de março foi o dia de luta na região norte do país. Em Manaus, cerca de 2 mil estudantes da Universidade Federal do Amazonas ocuparam a Câmara de Vereadores e exigiram a regulamentação do direito estudantil do meio-passe. Em Rio Branco, mais de 600 estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Federal do Acre, exigindo a reabertura do restaurante universitário e a redução do preço das cópias xerográficas. Em Tocantins, 65 estudantes da Unittins (Universidade Estadual de Tocantins) foram presos porque protestavam contra a cobrança de mensalidades. Estudantes da Universidade Federal de Rondônia também registraram sua insatisfação com o governo.

O Nordeste foi representado por baianos, pernambucanos e cearenses. O centro de Salvador ficou tomado e mais de 5 mil estudantes lotaram a Praça Castro Alves para pedir a ampliação da cota de passe de ônibus. Em Pernambuco, 7 mil estudantes protestaram no centro de Recife e em Petrolina. Em Fortaleza, a Universidade Federal do Ceará foi o ponto de concentração de 3 mil estudantes indignados com o abandono da educação. Eles carregavam um boneco de um homem velho representando o último professor efetivo do Estado,

que não abre concursos para a contratação de novos docentes há muito tempo.

No Distrito Federal, a manifestação realizou-se em frente ao prédio do Ministério da Educação. Também houve protesto no Mato Grosso. Todos querendo tirar FHC e sua corja do comando do país.

No dia 28, o Fórum Nacional de Lutas por Trabalho, Terra e Cidadania, junto com as entidades estudantis, lançou oficialmente no bairro tradicional da Cinelândia, no Rio de Janeiro, a jornada de mobilizações por emprego e direitos sociais. Oito mil manifestantes fizeram uma passeata no centro carioca pela aprovação do meio-passe para todos os estudantes e pelo Fora FHC. No dia seguinte, em São Paulo, mais de 10 mil estudantes marcharam da avenida Paulista até a Câmara Municipal, exigindo moralidade e ética na política e impeachment do prefeito da cidade, Celso Pitta, envolvido em diversas denúncias de corrupção. No interior paulista, ocorreram manifestações em Bauru, Presidente Prudente, São Carlos e São José do Rio Preto. No dia 30 foi a vez de Minas Gerais e a Praça Sete, no centro de Belo Horizonte, foi interditada pela primeira vez na história da cidade por mais de 10 mil estudantes mineiros.

O Sul do País não ficou de fora. Em Porto Alegre, 1.500 estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul reativaram a tradicional passeata dos calouros conhecida como A Parada dos Bixos e marcharam pelo centro da cidade pedindo mais verbas para a educação. Florianópolis, capital de Santa Catarina, parou quando 2 mil estudantes interditaram a ponte Hercílio Luz com faixas denunciando a situação da educação no Brasil. “S.O.S Ensino Público” também foi a palavra de ordem no centro de Curitiba, no Paraná, onde 10 mil estudantes foram às ruas para defender a autonomia das universidades estaduais e exigir a aprovação do meio-passe.

As mobilizações estudantis continuam em abril, com o ciclo de debates que a UNE promove durante a campanha pela aprovação do plano emergencial que a entidade preparou para salvar as universidades federais, que sofrem com os constantes cortes de verbas e as sugestões de privatização apadrinhadas pelo ministro da Educação, Paulo Renato.

No dia 31 de maio os estudantes entregam, em Brasília, o abaixo-assinado em defesa do sistema federal de ensino superior, com caravanas de todo o país.



Rainha comemora a absolvição diante do Fórum, em Vitória

## José Rainha é inocente!

O líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), José Rainha Júnior, foi absolvido da acusação de co-autoria do assassinato de um fazendeiro e um policial militar no município de Pedro Canário (ES). A sentença foi festejada por cerca de 3 mil sem-terra que se concentravam em frente ao fórum, em Vitória.

João Batista Lemos, do secretariado do PCdoB, enviou, antes do início do julgamento, esta mensagem, em nome dos comunistas brasileiros:

“O Partido Comunista do Brasil expressa sua solidariedade ao líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, José Rainha Júnior, e repudia a farsa jurídica montada com o claro objetivo de cercar a luta

pela reforma agrária.

O desenvolvimento econômico, social e democrático do Brasil não será possível sem a realização de ampla e profunda reforma agrária. Não é por acaso que o poder econômico e os inimigos da democracia unem-se e apelam para a violência e a manipulação do Judiciário visando a golpear os que lutam pela reforma agrária.

Batalhadores, desde a primeira metade do século, pela reforma agrária antilatifundiária no Brasil, os comunistas manifestam sua indignação diante do julgamento a que está sendo submetido José Rainha Júnior e reafirmam seu compromisso com a luta dos explorados, despossuídos e oprimidos de nosso país.



Passeata com 10 mil em São Paulo

### POR QUE ASSINAR A REVISTA DEBATE SINDICAL?

“Nosso país vive uma grave crise. As elites estão tentando impor um novo modelo de dominação, que subordina totalmente nossa economia ao capital financeiro internacional. Diante disso, o movimento dos trabalhadores precisa refletir, debater e buscar novas alternativas que consigam organizar as multidões e construir um projeto popular. Nesse processo, certamente

a *Debate Sindical* cumpre um papel fundamental”  
João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST

Centro de Estudos Sindicais (CES)  
Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158,  
Bairro São João, São Paulo, SP  
CEP: 01323-010, tel./fax: (011) 289-9574  
FUND. MAURÍCIO GRABOIS R\$ 30,00

## NACIONAL

## Causas, efeitos e tendências do desemprego em São Paulo

O deputado Jamil Murad (PCdoB), coordenador do grupo temático Trabalho e Emprego, da Assembléia Legislativa de São Paulo, e o deputado Vanderlei Siraque, relator, presidiram os debates sobre o assunto no Fórum Século 21, dia 29 de março. Foram convidados os seguintes debatedores: Sinesio Pires Ferreira, do Seade; Marcio Pochmann, da Unicamp; e Roberto Nicolau Jeha, da Fiesp. A reunião também contou com a presença do deputado Nivaldo Santana (PCdoB) e de vários conselheiros do grupo temático. Estiveram presentes representantes de instituições como o CES, a CSC, a CUT, a Fiesp e o Sebrae, e lideranças políticas e sindicais.

O deputado Jamil Murad abriu os trabalhos, tecendo considerações sobre a importância de se avaliar as tendências do desemprego no Estado de São Paulo, e de suas conseqüências no quadro nacional. Em seguida falou Sinesio Pires Ferreira, da Fundação Seade, que fez uma exposição dos resultados de uma pesquisa sobre as condições de vida, realizada pelo Seade em todos os municípios paulistas com mais de 30 mil habitantes (quase 90% da população do Estado), na qual se fez um estudo comparativo entre a situação de 1994 e a de 1998. O desemprego no Estado saltou de 1.627.000 (94) para 2.176.000 (98), com um incremento da taxa de desemprego de cerca de 22%. A pesquisa mostra que a capacidade de geração de empregos vem declinando na Região Metropolitana da Grande S. Paulo ao longo da década de 90. Como, em contrapartida, houve um incremento da população economicamente ativa (PEA), o quadro resultante aponta para uma tendência de aumento do desemprego.

### Desemprego crescente

A única região que apresentou, no período de 94 a 98, um pequeno crescimento da oferta de empregos foi a região de Campinas, que parece ser a mais dinâmica do Estado. Mas mesmo nesta região há um crescimento da taxa de desemprego e foi registrado um declínio nos rendimentos do trabalho, pois ali foram criados empregos de baixa qualificação. A indústria perdeu participação na geração de empregos no Estado, enquanto o setor de serviços vem sendo mais significativo na oferta de trabalho. Mesmo o comércio não teve um desempenho positivo nestes últimos anos. Há um declínio nos índices de oferta de trabalho com carteira assinada, com garantia de direitos, em todo o Estado, com exceção do Vale do Paraíba. Em todas as regiões verificou-se o assalariamento sem carteira, e cresceu a oferta de empregos domésticos, bem como o trabalho autônomo e informal.

O professor Marcio Pochmann, da Unicamp, explicou que há no Brasil uma produção de excedente de mão de obra. Hoje a taxa de desemprego aberto é da ordem de 20% e em 1930 era da ordem de 25%. A crise atual de desemprego é a maior já registrada nos últimos 70 anos. No Estado verifica-se um índice de desemprego que equivale a um terço do desemprego nacional.

Hoje o desemprego não é mais caracterizado por contingentes de trabalhadores sem qualificação, por negros e por mulheres. O desemprego atinge todos os estratos sociais e afeta mais as pessoas com experiência em níveis hierárquicos superiores, com qualificação escolar. A renda *per capita* está estagnada. Das cerca de 330 mil pessoas que anualmente entram no Estado paulista, apenas 40% entram no mercado de trabalho formal, que exclui os demais 60%.

Para fazer frente à pressão social por trabalho, o Brasil precisa crescer a uma taxa anual de 5,5%. Pochmann lembrou que o crescimento tem sido de apenas 1,7% ao ano e conclui que o modelo econômico adotado endossa o desemprego: não cria novos postos de trabalho, nem nas ocasiões em que há uma recuperação econômica "como a que se deu entre 1993-1997, quando não se verificou paralelo na criação de empregos". O Brasil substitui a produção interna, abrindo o mercado para os produtos importados. Só na década de 90, 1 milhão e 700 mil postos de trabalho foram exportados.

Os jovens (que compreendem a faixa etária dos 15 aos 25 anos) reduzem o seu período de formação, para buscar trabalho. No Brasil eles inserem-se muito cedo na atividade produtiva. Enquanto na França apenas 19% dos jovens estão no mercado de trabalho, no Brasil são 70%. É preciso aumentar o tempo de permanência do jovem na escola, para que complete sua formação. Outra razão para a retração na oferta de trabalho é o abusivo uso das horas extras. São 29 milhões de trabalhadores que fazem horas extras. Isto é conveniente para a classe empresarial.

Segundo o professor Pochmann, o perfil do trabalho no Brasil de hoje é este: há 22,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada e 78 milhões sem o mesmo registro. São demitidos anualmente cerca de 8,5 milhões de trabalhadores. É uma taxa de demissão de 40%, enquanto nos EUA a taxa de demissão é de 20%.

O Estado tem de intervir, com políticas que mudem este quadro. Apenas se fosse cuidado do problema da falta de moradias, já se estaria fazendo um grande investimento. O déficit nacional de moradias é de 7,7 milhões de unidades. Caso o Estado brasileiro investisse nisso, aqueceria a economia e resolveria o problema habitacional.

"Mas isto não basta. Há de se proceder a reformas profundas. São três os tipos de reforma a serem implementadas, a fim de que se proceda a uma distribuição da renda: a reforma agrária, a reforma tributária e a reforma social", afirmou o professor.

O vice-presidente da Fiesp, Roberto Nicolau Jeha, concordou com Pochmann: "Cabe ao Estado, com a aplicação de políticas públicas, a responsabilidade de abrir novas vagas. Porém para isso é preciso um projeto nacional. E o Brasil está sem um projeto de desenvolvimento." Adiante, afirmou: "Desde a década de 30 até a de 80, nenhum país do mundo cresceu como o Brasil. Nos transformamos de uma grande fazenda na oitava economia do mundo. Porém reconheço que a burguesia falhou, que ela não teve visão para impedir que a renda se concentrasse em níveis tão elevados".

Ele lembrou que, durante o Plano Real, "a indústria do Estado de São Paulo fechou 572.743 postos de trabalho, segundo levantamento feito pela Fiesp. E quando falamos de São Paulo, estamos falando do Brasil, já que a indústria paulista significa mais de 40% da produção industrial brasileira. O Brasil está sem um projeto de desenvolvimento. O projeto que temos é o de desnacionalizar o país para pagar juros à agiotagem internacional. Precisamos implantar um projeto de crescimento econômico sustentado, com distribuição de renda. Temos de ter um Estado que faça políticas públicas e que não seja solidário com o desemprego, como é este que temos aí. Temos de defender os interesses nacionais, de ter um modelo nosso, nacional, não um modelo que nos é imposto de fora", disse o Dr. Jeha.

## Os riscos do 7º Concut

Com a proximidade do 7º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, esquentam os debates sobre os rumos políticos e, principalmente, sobre a forma de funcionamento da Central. A expressiva inadimplência dos filiados e a possibilidade, nada desprezível, de racha na Artsind, são outros ingredientes inflamáveis deste Congresso.

Apesar das correntes mais sóbrias reconhecerem o recente avanço político da CUT – e a "marcha dos 100 mil" foi sintomática desta postura mais contundente de oposição a FHC –, todas alertam para os perigos estratégicos da visão imposta pela Artsind. Ela estaria impregnada de vícios institucionais e burocráticos, no sentido da parceria com o capital, da conciliação de classes.

Para fazer vingar essa linha, parte da Artsind estaria apelando para métodos mais

hegemonistas. O pluralismo interno corre sérios riscos. O congresso dos metalúrgicos cutistas (CNM), em março, confirmou este perigo. Mesmo com a discordância de fortes entidades do ramo, a Artsind aprovou na marra o seu projeto, centralizador e burocrático, de sindicato nacional!

Estes e outros fatores explicam a crescente insatisfação de lideranças e correntes cutistas. Seria um dos motivos da elevada inadimplência na Central – quase 60% das 2.800 entidades filiadas ficarão fora do Concut. Eles também dão bases aos constantes rumores de fraturas na Artsind, que apresentou três candidatos a presidente da CUT.

O 7º Concut definirá os rumos da maior central sindical do país. Daí a urgência da CSC investir pesado na eleição dos delegados e de se preparar para o intenso embate de idéias

## Vanessa Grazziotin mostra poder dos laboratórios revelado pela CPI

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou que as investigações que vêm sendo realizadas pela CPI dos Medicamentos, desde novembro do ano passado, fizeram surgir uma realidade mais clara e transparente acerca das imposições e dos desmandos praticados, há anos, pelos grandes laboratórios estrangeiros que operam no país.

A CPI, que teve seus trabalhos prorrogados por mais 60 dias, detectou que, na prática, são esses laboratórios que determinam a política de produção, distribuição e comercialização de medicamentos em todo o país. E o que é mais impressionante, diz a deputada, também integrante dessa CPI, é a constatação do poder que os laboratórios multinacionais detêm no Brasil.

Embora reconheça que o Brasil não tenha ainda uma legislação perfeita para o controle de preços e combate aos crimes contra a ordem econômica, a deputada frisou que, mesmo assim, o país já possui uma série de leis que poderiam evitar os abusos praticados pelos grandes laboratórios desse setor. "Mas o governo deixa de utilizar os instrumentos legais e, deliberadamente, torna ineficiente os órgãos de fiscalização e acompanhamento de preços possibilitando a ação desonesta e prejudicial do cartel coordenado pela Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) – que age no sentido de determinar reajuste de preços e garantir grandes fatias do mercado, dentro das classes terapêuticas", ressaltou.

A parlamentar lembrou que, em julho do ano passado, como apurado pela CPI, dirigentes desse cartel estiveram reunidos para definir a estratégia que visava boicotar a Lei dos Genéricos, garantindo assim seus lucros e prejudicando, ao mesmo tem-



Vanessa: laboratórios manipulam

po, toda essa população. "A CPI mostrou o quanto esse setor está organizado e como age em conjunto para prejudicar a entrada no mercado dos medicamentos genéricos", afirma Vanessa Grazziotin. Os laboratórios manipulam as Planilhas de Custos dos Medicamentos para justificar os aumentos e os preços abusivos que praticam.

De acordo com a deputada, a CPI apontou dois grandes problemas com relação a essas planilhas de custos. De um lado os exagerados gastos com a comercialização, marketing e publicidade, que muitas vezes chegam a superar 65% dos preços de fábrica e, de outro, o superfaturamento nos preços dos insumos importados. Sobre o superfaturamento, Grazziotin alertou para situações gravíssimas. Uma mesma matéria-prima importada, segundo ela, apresenta diferenças de preços superiores a 5.000% no valor declarado pelos diferentes laboratórios. Para a deputada, essa situação é conseqüência do descaso do governo com o setor farmacêutico e da falta de uma política industrial e de assistência farmacêutica que permita o desenvolvimento do setor no Brasil, e aos mais de 70 milhões de brasileiros, hoje, sem o acesso aos medicamentos essenciais.

<b>ASSINE</b>		<b>A CLASSE OPERÁRIA</b>	
Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020 São Paulo - SP, Tel. 0 11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br		<input type="checkbox"/> cheque nominal <input type="checkbox"/> dinheiro <input type="checkbox"/> Cartão nº _____ Validade ____/____/____ <input type="checkbox"/> Vale postal nº _____ <input type="checkbox"/> Depósito na conta Ag.0251, C/C 48676-7, Banco Itaú	
<b>15 edições</b>		<b>R\$ 15,00</b>	
Data da assinatura: ____/____/____			
Nome: _____		Cidade: _____	
Endereço: _____		Data de nascimento: _____	
Bairro: _____		Profissão: _____	
CEP: _____		Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois	
Tel.: (____) _____		Correio eletrônico: _____	

## INTERNACIONAL

## Cuba reafirma independência e soberania

FELIPE PEREZ ROQUE\*

Há 51 anos a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Terminava, com a derrota do fascismo, uma guerra terrível, e abria-se o que devia ser uma era de paz e colaboração entre os homens.

Ao reler o Artigo 1º, no qual se proclama que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito...", nos perguntamos: O que houve desde então? São tão livres e iguais os quase 4,5 bilhões de seres humanos dos países subdesenvolvidos, que consomem só 14% de tudo o que é produzido no mundo, quanto os 1,5 bilhão que vivem nos países desenvolvidos e consomem os 86% restantes? Os 20% da população mais rica do planeta possui 82 vezes a riqueza dos 20% mais pobres. São tão livres e iguais uns quanto os outros?

Os distintos delegados dos países desenvolvidos aqui presentes refletiram alguma vez o que pensariam da Declaração Universal dos Direitos Humanos os 4,5 bilhões de seres humanos dos países subdesenvolvidos, dos quais quase 1 bilhão passa fome, 3/5 carecem de saneamento, 1/3 não dispõe de água limpa, 1/4 não têm moradia e 1/5 não dispõe de serviços básicos de saúde?

Não sentem vocês, excelências, um rubor envergonhado quando lêem que "toda pessoa tem todos os direitos e liberdades proclamados nesta Declaração..."? Não pensam no olhar acusador os pais das 30 mil crianças menores de 5 anos que morrem a cada dia por causas que poderiam ser prevenidas, quando recordamos que "todo indivíduo tem direito à vida..."? É possível conciliar o direito de liberdade de opinião e de expressão com a propriedade cada vez mais privada, concentrada, monopolista e transnacional dos meios de comunicação de massa?

Alguém nesta sala poderia explicar aos 800 milhões de famintos do planeta, donos apenas de sua fome, o que quer dizer "toda pessoa tem direito à propriedade..."? Quando lemos que "toda pessoa tem direito a participar no governo de seu país", ou que "toda pessoa tem o direito ao acesso, em condições de igualdade, às funções públicas de seu país", pensamos, estimados colegas, nos 850 milhões de adultos analfabetos que não podem escrever ou ler sequer a palavra "direito"?

Há cinco décadas proclamamos que "toda pessoa tem direito ao trabalho...", como explicar então aos milhões de homens e mulheres que perambulam a cada dia buscando uma oportunidade para ganhar o sustento honroso de seus filhos, prisioneiros e vítimas de um sistema econômico irracional e injusto que lhes nega o direito ao trabalho?

O que diriam de nossa amarga realidade de hoje os homens e mulheres que aprovaram em 1948 que: "Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, e em especial a alimentação, o vestuário, a moradia, a assistência médica e os serviços sociais necessários"? Como

reagiriam ao conhecer que, na África, esperam a morte, sem esperança de tratamento, mais de 20 milhões de infectados com o vírus da AIDS? Poderemos justificar, algum dia, que enquanto não se encontram os 300 bilhões de dólares anuais necessários para esses tratamentos, são investidos 800 bilhões em gastos militares?

Compreenderão nossos descendentes que enquanto, por um lado, proclamamos que "a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistências especiais", e que "toda pessoa tem direito à educação", por outro, em pleno ano 2000, 260 milhões de crianças em idade escolar não recebem educação, 160 milhões estejam desnutridas, 600 mil mulheres morram a cada ano no parto e a taxa de mortalidade infantil nos países do Terceiro Mundo seja de 64 por mil nascidos vivos?

## São necessárias mudanças na Comissão

Esta é a realidade, excelências, e está aí, acusando-nos, ainda que tentemos fechar os olhos para procurar não vê-la. Por isso, quando se contempla tanta manipulação, tanta mentira, tanto discurso vazio, tanta hipocrisia; quando se testemunha a tentativa de impor dogmaticamente padrões e modelos que se pretendem universais, se tem a convicção de que esta Comissão de Direitos Humanos está obrigada a encarar uma profunda reforma em sua composição e seu método. Deve deixar de ser um instrumento de perseguições seletivas e politizadas contra os países pobres para converter-se realmente no fórum onde concentremos nossos esforços, com honradez e solidariedade, para poder proclamar algum dia que a declaração aprovada cinco décadas atrás tem sentido para os 6 bilhões de habitantes do planeta e não só para uma minoria privilegiada.

Há mais de cinco anos, representantes de 171 Estados debatemos na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena sobre todos estes assuntos e nos pusemos de acordo que devíamos "tratar os direitos humanos em forma global e de maneira justa e equitativa, em pé de igualdade e dando a todos o mesmo peso"; e que devíamos "ter em conta a importância das particularidades nacionais e regionais, assim como dos diversos patrimônios históricos, culturais e religiosos". No entanto, nestes anos agravou-se a perigosa tendência de que um grupo pequeno de Estados ricos e poderosos convertam a Comissão de Direitos Humanos em propriedade privada e em instrumento para impor seus pontos de vista e interesses aos países subdesenvolvidos, que são a imensa maioria. A Comissão de Direitos Humanos é patrimônio de todos os povos e não só de alguns poucos. A intenção de impor um só padrão, conveniente aos interesses dos poderosos, deve cessar! Cuba recorda vigorosamente que a universalidade dos direitos humanos foi afirmada em Viena a partir do reconhecimento da diversidade.

Por que a Comissão de Direitos Humanos não desenvolve esforços e dedica recursos necessários para promover o direito ao desenvolvimento, direito humano fundamental reconhecido em Viena, o único caminho possível para

tirar da miséria e da fome a massa de despossuídos da Terra – que se perguntam, sem compreender, para quê nos reunimos a cada ano em Genebra? Não dissemos que "o ser humano é o sujeito central do desenvolvimento"? Por que não se designa de imediato, por exemplo, um relator especial da Comissão de Direitos Humanos para dar continuidade à questão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e ao impacto de seu dramático enfraquecimento no desfrute dos direitos humanos nos países subdesenvolvidos?

Se dissemos em Viena que "todos têm direito a desfrutar do progresso científico e de suas aplicações", por que hoje 97% das patentes são controladas pelos países ricos? Alguém se atreveria nesta sala a discordar da minha afirmação de que estamos cada vez mais longe de respeitar este direito a bilhões de pessoas?

Como explicar a prisão de imigrantes, os tratamentos racistas e xenófobos e o muro que os Estados Unidos levantaram em sua fronteira com o México, se já havíamos proclamado que devia dar-se "grande importância à promoção e proteção dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes, à eliminação de todas as formas de discriminação contra eles e ao fortalecimento e aplicação mais eficazes dos instrumentos de direitos humanos"?

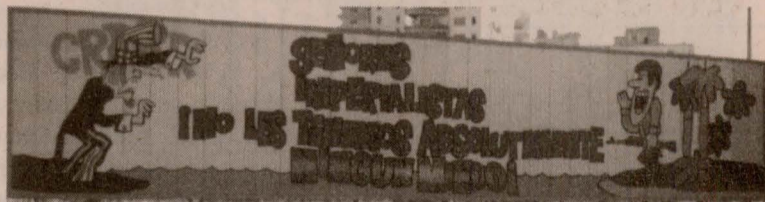
Se exortamos em Viena a comunidade internacional a fazer "o possível para aliviar a carga da dívida externa dos países em desenvolvimento", por que temos de dedicar 25% de nossas exportações para cumprir o serviço oneroso de uma dívida que, longe de diminuir, cresce a cada dia? São respeitados nossos direitos humanos quando nos asfixiam com uma dívida de 2,5 bilhões de dólares?

Se afirmamos em Viena que "a generalização da pobreza extrema inibe o pleno e eficaz desfrute dos direitos humanos", como explicamos a realidade desoladora de que hoje o mundo tem mais pobres do que nunca e que a cada 24 horas quase 70 mil novos indigentes somam-se à massa faminta, que enquanto clama por seu futuro, nos vê aprovar documentos e falar de direitos humanos nesta confortável sala?

## A Comissão não pode ser cúmplice

Os Estados Unidos pretendem acusar uma vez mais nesta Comissão a um país como Cuba, no qual tanto se fez em favor dos direitos de todos e de cada um de seus cidadãos. Não vou fatigá-los, estimados colegas, com a sórdida história de como se quis manipular a Comissão de Direitos Humanos no caso de Cuba. Durante vários anos, a razão pôde mais que as pressões e as manobras. Foi necessária a queda do campo socialista europeu e a conseqüente mudança na correlação de forças no seio desta Comissão, para que os objetivos norte-americanos pudessem começar a cumprir-se.

Que razão real, aparte o interesse de cumprir as ordens dos Estados Unidos, pode ter o governo da República Checa para apresentar uma resolução contra Cuba? O mundo sabe nesta Comissão que a República Checa está pagando o preço de seu ingresso na OTAN, de sua dependência política e eco-



Mural e cartaz cubanos: mobilização política e ideológica contra a gressão dos Estados Unidos

nômica dos Estados Unidos. O mundo sabe que nesta Comissão, enquanto o vice-chanceler checo Martin Palous percorria o mundo recitando o livrete anticubano que lhe ditaram em Washington, na primeira semana de março o subsecretário de Estado norte-americano, Harold Koh, anunciava em Genebra que a República Checa apresentaria a resolução norte-americana contra Cuba.

Cuba, de sua parte, está orgulhosa dos altos valores de seu povo, de sua unidade inquebrantável, de sua capacidade de resistência, de sua consagração ao trabalho, de seu espírito solidário, da firme decisão de defender sua independência, sua dignidade e sua soberania, e não será nunca, como o são outros, servidor de joelhos de um poder imperial.

O vergonhoso caso do seqüestro e detenção ilegal no território dos Estados Unidos, desde há mais de 4 meses, do menino cubano Elián González Brotons despertou a estupefata atenção da opinião pública mundial, que pôde constatar até onde chegou o ódio irracional dos que, desde o território dos Estados Unidos, violam os direitos humanos dos cubanos ao defender o bloqueio econômico e a hostilidade permanente contra Cuba. Nenhuma pessoa sensata e de boa vontade pode conceber como é possível que se haja prolongado uma situação tão flagrantemente violadora dos direitos mais elementares e universalmente reconhecidos de um pai sobre o destino de seu filho de 6 anos, como é possível que o governo da potência mais poderosa da história possa ser colocado na absurda e ridícula posição de refém de uma minúscula mas ruidosa máfia terrorista anticubana na cidade de Miami.

Hoje venho denunciar esta monstruosidade em nome de um povo ofendido que com uma só voz reclama energicamente que lhe devolvam um filho seqüestrado. Não vimos reclamar aqui uma solução da um caso que só pode ser resolvido mediante a aplicação pelo governo dos Estados Unidos de sua própria decisão de respeitar o indiscutível direito de pátrio poder a um pai cubano. Vimos, isso sim, impedir que, com o silêncio, esta Comissão se converta de fato em cúmplice de uma gravíssima violação de direitos humanos, que poderá até mesmo pôr em questão a eficácia e credibilidade do sistema internacional de promoção e proteção dos direitos da criança. Porque não cabe dúvida de que este fato abominável sacode em suas bases de tudo o que no mundo se legislou em matéria de direitos humanos e convicência entre nações.

Poderia entender um pai de família de qualquer país do mundo que a Comissão de Direitos Humanos se mantenha em silêncio e condenação de um delito internacional tão infame e de tão amplo domínio pela opinião pública mundial? Não se estaria acaso, com nosso silên-



cio, validando um precedente que estimularia a vil prática do seqüestro internacional de crianças para fins tão repugnantes como o tráfico de órgãos ou a pornografia e a prostituição infantil? O que está em jogo aqui não é só o futuro e a felicidade de uma criança. Está em perigo, em última instância, o direito de todas as crianças do mundo a viver e crescer junto a seus pais.

Cuba – ao diminuir a mortalidade infantil a quase 6 por mil nascidos vivos e salvou nestes 40 anos a vida de 273 mil crianças menores de um ano, e cujos médicos salvam hoje milhares de crianças de muitos outros países da África, América Latina e Caribe – não permitirá de nenhuma maneira que se estabeleça este precedente. Nossa luta por Elián é também por todas as crianças do Terceiro Mundo.

Se a comunidade internacional não resiste a esta intenção de impor uma sociedade e uma cultura estranhas a uma criança de 6 anos, estará dando uma contribuição significativa à desordem mundial, à unipolaridade e ao desconhecimento de um dos direitos humanos mais fundamentais.

Não descansaremos até que nossa criança seja liberada e devolvida à sua pátria e sua família, como o exigem a razão, o direito internacional e as leis de todas as nações, incluídos os próprios Estados Unidos. Demonstraremos que há um limite para a falta de vergonha e a arrogância de um império, quando existe a vontade de resistir.

Senhor presidente, senhores delegados, a Lei de Ajuste Cubano, que outorga o acesso automático e rápido aos emigrantes ilegais cubanos nos Estados Unidos, concedendo-lhes privilégios exclusivos, responsável por dolorosas mortes como as do naufrágio em que sobreviveu Elián González e causa principal de seu seqüestro, é uma grave violação dos direitos humanos de nosso povo, e deve ser revogada!

A emenda Torricelli, colossal obstáculo a nossas compras de alimentos e medicamentos, é uma grave violação dos direitos humanos de nosso povo, e deve ser revogada!

A Lei Helms-Burton, engendro ilegal e genocida, é uma grave violação dos direitos humanos de nosso povo, e deve ser revogada!

O bloqueio e a guerra econômica dos Estados Unidos contra Cuba, tentativa de exterminar pela fome e doença a todo um povo, é a mais grave violação de nossos direitos humanos. E devem cessar quanto antes, de forma total!

\* Ministério das Relações Exteriores de Cuba. Discurso na Comissão de Direitos Humanos em Genebra, dia 30 de março

## INTERNACIONAL

# Da agressão a Kosovo à estratégia de destruição da Rússia

MIGUEL URBANORODRIGUES\*

Reunidas em Belgrado, de 24 a 26 de março, 93 personalidades de 38 países da Ásia, da América, da África e de diferentes regiões da Europa expressaram a sua solidariedade ao povo da Iugoslávia num seminário internacional que condenou a guerra de agressão de que ele foi e é vítima e analisou aspectos da estratégia de dominação imperial dos EUA, que ameaça toda a humanidade.

Mais do que todos os membros da delegação russa – 19 entre 40 representantes do mundo eslavo (excluindo os 15 iugoslavos que representavam o Instituto de Política e Economia Internacional, promotor da iniciativa) – trouxeram ao seminário informações que contribuíram para iluminar melhor não somente o quadro em que se desenvolveu a agressão e que a OTAN foi um mero – embora terrível instrumento, como também o papel desempenhado pelo governo da Federação Russa nas negociações.

Da América chegaram informações de outro tipo: sobre a premeditação da agressão no âmbito de uma estratégia planetária concebida com larga antecedência e executada com rigor científico. Foram transmitidas por um norte-americano, John Catalinotto – colaborador de Ramsey Clark no International Action Center de Nova York – e pelo canadense Michel Chossudovsky, um prestigiado economista e cientista social, que iluminou as tarefas cumpridas pela CIA nos bastidores da agressão.

## A capitulação russa

Alguns dos convidados russos falaram de improviso e nenhum distribuiu textos em línguas ocidentais. As notas que tomei refletem a insuficiência da tradução simultânea. O conjunto dessas intervenções permite, unindo peças dispersas, for *igranjan*, que foi consultor de Chernomirdin quando este era o mediador entre Washington e Belgrado, disse na Conferência o suficiente para confirmar a evidência: a Iugoslávia esperava tudo da solidariedade de Moscou, e não recebeu sequer migalhas. O mediador alinhou com o agressor e acabou assumindo no fundamental as suas exigências.

Migranjan foi muito claro: “era possível travar a agressão”. Após dois meses de bombardeamentos, na Casa Branca e no Pentágono havia fortes apreensões. A tenaz resistência iugoslava punha em causa a estratégia da OTAN. Os EUA estavam abertos a ir longe no terreno das concessões. Mas Chernomirdin não deu ouvidos aos conselheiros. Funcionou como intermediário de Washington. Fez pressão para que a Iugoslávia aceitasse as exigências norte-americanas, submetendo-se. Aquilo que Belgrado obteve – a preservação da soberania e a recusa do Anexo B de Rambouillet – ficou a devê-lo ao heroísmo do povo sérvio e não à envenenada mediação russa.

Andanik Migranjan recordou que a Bósnia demonstrara claramente que Moscou não podia fazer mais concessões aos EUA. Mas Ieltsin não extraiu as lições implícitas no *diktat* de Dayton, a falsa paz imposta por Washington. O verdadeiro alvo era a Rússia e isso não foi compreendido. Kosovo era a última fronteira a defender. E mais uma vez

prevaleceu a mentalidade capituladora.

Agora, a Casa Branca comove-se com o sofrimento do povo checheno. Invoca os direitos humanos. Clinton provavelmente não faz idéia do que seja a Chechênia. Mas pretende já ser árbitro de “uma solução” para a Chechênia. A ascensão vertiginosa de Putin no firmamento político resultou precisamente da decisão de defender a Chechênia, interrompendo uma escalada cuja meta é a desagregação da Federação Russa.

Outro russo presente na Conferência, Konstantin Zatulin, declarou estar persuadido também de que o desfecho da guerra contra a Iugoslávia teria sido outro se a Rússia houvesse assumido como mediadora uma posição firme, que respondisse à defesa dos seus interesses vitais. “E o Kremlin – sublinhou – não soube aproveitar a oportunidade para conter os americanos”.

Troquei impressões, muito superficiais, com alguns dos russos que desceram a Belgrado. Muitos foram antes de 1991 quadros do desaparecido Partido Comunista da União Soviética. E, contudo, nem um deles pronunciou a palavra socialismo. Não ouvi sequer uma referência a Marx, não direi já a Lenin. Por quê?

Zatulin deixou-me perplexo no final da sua intervenção ao afirmar não ver qualquer inconveniente no fato de Putin admitir a adesão futura da Rússia à OTAN. Apenas o preocupa essa hipotética adesão ter como moeda de troca a Chechênia...

Na opinião de Iuri Vassilevich Morosov a guerra do Kosovo prosseguiu na Chechênia. Terá continuidade noutros conflitos que Washington tentará criar no território russo, estimulando tendências separatistas. O objectivo é provocar a intervenção do exército federal. A Rússia será acusada de espezinhar os direitos humanos e de negar o direito à autodeterminação de um povo que se bate pela liberdade.

Afastar a Rússia do Cáspio e do leste do Mar Negro parece ser uma prioridade para os EUA. A expansão para leste da OTAN foi inseparável da “síndrome russa”. A Federação Russa – ainda o maior país do mundo, dotado de riquezas fabulosas em recursos naturais – continua a representar um potencial econômico e militar enorme. A Rússia, não obstante o seu atraso crescente em armas convencionais de alta tecnologia, conta com um arsenal nuclear capaz de infligir aos EUA danos inaceitáveis. Daí o projeto de reduzir a Rússia à situação de Estado periférico, arruinado e dócil.

É cedo, porém, para os EUA lançarem foguetes. Em amplos setores das Forças Armadas, que salvaram a humanidade da barbárie nazista permanece vivo o sentimento da dignidade e do patriotismo, como o demonstra o preâmbulo da nova doutrina militar russa, cujo projeto causou alarme em Washington.

## O “Pentagon White Paper”

Desde 1992, quando dele tomei conhecimento através do *New York Times*, tenho citado um documento do Departamento de Defesa conhecido como o “Pentagon White Paper”. O professor norte-americano John Catalinotto, colaborador do ex-procurador da Justiça dos EUA, Ramsey Clark, também atribui enorme significado a esse *relatório confidencial* do Pentágono. Utilizou-o em Belgrado como mais uma prova da pre-



Funeral de kossovaes durante a guerra em 1999

meditação minuciosa da estratégia de intervenção dos EUA nos Balcãs.

Em março de 92 o *NYT* divulgou alguns parágrafos de um relatório secreto de 46 páginas do Pentágono. O documento sustentava a necessidade de um domínio perpétuo, político e econômico, dos EUA sobre o mundo. Para que o Estado norte-americano não o perdesse, seria indispensável manter uma supremacia militar permanente e incontestável.

“O nosso primeiro objetivo – *transcrevo* – é evitar a reemergência de um rival. Em primeiro lugar, os EUA devem manter a liderança necessária para estabelecer e salvaguardar uma nova ordem que contenha as veleidades de potenciais competidores de aspirar um grande papel ou de assumir uma posição mais agressiva em defesa dos seus legítimos interesses. Devemos atender suficientemente os interesses das nações industrializadas mais desenvolvidas para desencorajá-las de qualquer projeto de mudança da ordem política e econômica estabelecida. Finalmente, devemos manter os mecanismos que impeçam potenciais concorrentes de aspirar o desempenho de um grande papel em nível regional ou global”.

Quanto à Europa, o recado era transparente: “É de fundamental importância preservar a OTAN como instrumento principal da defesa do Ocidente e da sua segurança. Devemos atuar de maneira a evitar o aparecimento de soluções de segurança exclusivamente europeias não concebidas pela OTAN”.

Dias depois visitei o Pentágono como membro da Comissão Política da Assembleia Parlamentar da UEO, então convidada em Washington. Levava na mão o *NYT* e perguntei ao general que nos recebia o que significava aquele relatório. Não negou a autenticidade do documento. Declarou que o relatório fora divulgado por inconfidência, o que lamentava, pois as conclusões não coincidiam com a orientação do Pentágono. O papel teria sido arquivado...

Mentia. Transcorridos 2 anos, os bombardeios da Bósnia e o *diktat* de Dayton confirmaram não haver nada de inocente no “White paper”. Depois chegou a vez de Kosovo.

Catalinotto lembrou à Conferência de Belgrado que o general Michael Dugan fora afastado do comando da Força Aérea dos EUA por ter declarado ao *NYT*, em 29 de novembro de 92, que o país deveria dar continuidade à Guerra do Golfo montando nos Balcãs uma “operação” que seria o seu complemento natural. Na opinião de Dugan, o Conselho de Segurança da ONU não era confiável, pelo que o seu plano exigia um cenário que ignorasse as Nações Unidas. Propunha uma aliança *ad hoc* englobando os EUA, a França, o Reino Unido e a Itália, que incumbiriam a OTAN de intervir na Bósnia e na Sérvia, usando aviões de combate F-15, F-16 e mísseis Tomahawk. Os alvos seriam sobretudo as centrais elétricas, as refi-

narias e o sistema de comunicações da Sérvia. Segundo Dugan, “os custos norte-americanos em sangue e dinheiro seriam modestos comparados com o traumatismo bósnio”.

O general foi transferido para a reserva. Cometeu o erro de antecipar no fundamental o plano que seria aplicado contra a Iugoslávia, em 1999. Parece ter a vocação de sugerir com excessivo alarido e antecedência crimes preparados pelo Pentágono e pela Casa Branca no maior sigilo. Já em 1990 propusera o bombardeamento maciço do Iraque, meses antes de iniciada a Guerra do Golfo.

John Catalinotto apresentou fatos que iluminam bem a preparação do ataque à Iugoslávia. Os EUA haviam instalado, em 1995, bases militares na Hungria, na Macedônia e no Norte da Albânia, com o então inconfessável projeto de levar a guerra a Kosovo, no âmbito da sua estratégia global de domínio universal. Para subalternizar mais a Europa e ameaçar a Rússia.

É ainda Catalinotto a recordar que, em 4 de agosto de 1998, a administração Clinton confirmou que a OTAN preparava um eventual ataque à Iugoslávia. Fontes próximas da Casa Branca declararam então ao *NYT* ser previsíveis “múltiplas opções para ataques aéreos punitivos ou intimidatórios”. Em julho do mesmo ano o governo da Albânia informou que 76 oficiais da OTAN se encontravam em Tirana para dirigir as “manobras Albânia” – OTAN, próximas da fronteira com o Kosovo”. Uma abundantíssima documentação oficial norte-americana confirma que o temor de um possível veto chinês ou russo foi decisivo para que a guerra de agressão contra a Iugoslávia fosse desencadeada pelas forças da OTAN à revelia do Conselho de Segurança.

## A única moção

Sob proposta de Miguel Urbano Rodrigues (Portugal) e Anne Morelli (Itália), o presidente da plenária aceitou como documento da Conferência a seguinte moção, apresentada pelo primeiro:

“Os participantes na Conferência Internacional, reunidos em Belgrado no dia 26 de março de 2000:

1. Constatam que a informação sobre a Iugoslávia foi quase sistematicamente apresentada de modo parcial, em desrespeito às normas de objetividade;
2. Manifestam inquietação pela diabolização internacional de que a Iugoslávia e o povo sérvio em especial foram vítimas;
3. Apela à vigilância dos intelectuais para que recusem a visão parcial do conflito;
4. Expressam inquietação perante a possibilidade de alastramento a outros países “insubmissos” da estratégia empregada para desagregar a Iugoslávia e forçá-la a entrar na órbita da OTAN;
5. Expressam igualmente a sua grande preocupação ante a possibilidade de ver essa estratégia de poder do imperialismo norte-americano criar no mundo, mas, a partir de agora sobretudo em outras áreas do Leste Europeu, nomeadamente na Rússia, novos conflitos que possam ameaçar a humanidade no seu conjunto, tal como o fizeram as potências do Eixo antes e durante a Segunda Guerra Mundial.”

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

\*jornalista, membro do Partido Comunista Português

## FORMAÇÃO

## FICHA DE LEITURA

## O Estado e a Revolução – Lenin

NEREIDE SAVIANI\*

## Texto &amp; Contexto

O livro *O Estado e a revolução. A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução* – tal é seu título completo – foi escrito em agosto-setembro de 1917, na clandestinidade. Representa o produto de uma longa série de reflexões e estudos, registrados num caderno que recebeu o título “*O marxismo acerca do Estado*”, com citações de Marx e de Engels, extratos de livros e artigos de Kautsky e Bernstein, além de conclusões e críticas do próprio Lenin.

Planejada inicialmente para se desenvolver em sete capítulos, esta obra não chegou a ser concluída. Os acontecimentos que levaram à Revolução de Outubro de 1917, com Lenin à frente, impediram-no de levar a cabo o que havia proposto para o último capítulo, que versaria sobre “*A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917*” (fevereiro). Tal capítulo chegou a ser introduzido, com um esclarecimento de Lenin que se limitam a tratar das “*lições mais importantes da experiência que dizem respeito diretamente às tarefas do proletariado na revolução em relação ao poder de Estado.*” (p. 304)

No posfácio à 1ª edição, de 30 de novembro de 1917, Lenin irá justificar a ausência do Capítulo VII: “*(...) além do título, não tive tempo para escrever uma única linha deste capítulo: ‘impediu-me’ a crise política, à véspera da Revolução de Outubro de 1917. Só podemos alegrar-nos com tal ‘impedimento’. Mas o segundo fascículo da brochura consagrada à Experiência das revoluções russas de 1905 e 1917 deverá provavelmente ser adiado por muito tempo; é mais agradável e útil viver a ‘experiência da revolução’ do que escrever sobre ela.*” (grifo do autor).

É certo que Lenin voltou a trabalhar sobre o texto, pois a 2ª edição (dezembro de 1918) traz o acréscimo de um item ao Capítulo II (“*Como Marx colocava a questão em 1852*”). Não consta, porém, que tivesse concluído a obra, com a produção do planejado Capítulo VII (ou do 2º fascículo). Referências à experiência daquelas revoluções russas (1905 e fev/1917) aparecem em diversas de suas obras posteriores, mas não com o tratamento específico anunciado em *O Estado e a revolução*.

## O Texto

## Estruturado em 6 Capítulos

Nos capítulos I a V, Lenin retoma e reforça a teoria de Estado de Marx e Engels. O Cap. I sistematiza a noção de Estado como categoria **histórica** – com origem em determinado estágio do desenvolvimento da sociedade – e seu caráter de classe. Os Cap. II a IV mostram como Marx e Engels, analisando as ex-

periências específicas das revoluções de 1848-1851 e da Comuna de Paris (1871), trabalharam a questão do Estado e desenvolveram a noção de **Ditadura do Proletariado**. O Cap. V analisa as razões e condições da extinção do Estado Proletário, tal como colocada essa questão por Marx e Engels, e trabalha as idéias sobre a transição do capitalismo para o comunismo e as duas etapas da sociedade comunista.

É no Cap. VI que Lenin aborda mais pormenorizadamente a polêmica com as concepções antimarxistas (anarquistas e oportunistas – especialmente Kautsky e Bernstein), embora tenha tratado, ao longo dos capítulos anteriores, de certas tergiversações e deturpações em torno do entendimento da concepção de Marx e Engels acerca do Estado.

Alguns destaques, a partir dos Capítulos I, III, IV e VI.

## 1 – Essência de classe do Estado

1.1. Estado – produto e manifestação do antagonismo inconciliável de classes:

- O Estado **não** é força do exterior imposta à sociedade.
- É, **sim**:

- produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento;
- manifestação da contradição interna (insolúvel) da sociedade, cindida em antagonismos que precisam ser banidos;
- força que se coloca aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar os conflitos nos limites da “ordem”;
- 1.2. Estado – órgão de dominação, submissão, opressão de uma classe sobre outra;
- O Estado é sempre Estado da classe mais poderosa (econômica e politicamente dominante), que cria:
  - uma “ordem” que legaliza e consolida essa submissão, procurando amortecer a colisão das classes;
  - meios de oprimir e explorar a classe dominada.

## 2 – Características gerais do Estado

- Divisão dos cidadãos (ou súditos) segundo o território – substituindo a antiga organização patriarcal em gens ou tribos.
- Instituição de um poder público que já não corresponde diretamente à população e se organiza também como força armada (destacamento de homens armados, em lugar da população espontaneamente armada). Tal poder público:
  - torna-se indispensável, dada a impossibilidade da organização espontânea da população com armas desde que a sociedade se dividiu em classes;
  - existe em todos os Estados;
  - compreende homens armados e elementos materiais (prisões, instituições coercitivas de toda

espécie – não conhecidas pelas clãs);

- reforça-se com o agravamento dos antagonismos de classe no interior do Estado e à medida que os Estados contíguos se tornam mais fortes, maiores e mais populosos;

- apresenta-se como se fosse separado da sociedade e situado acima dela;

- para manter-se, exige a instituição de impostos, dívida pública e de corpo de funcionários – também situados como órgãos da sociedade, acima dela.

- Desempenho de um papel aparentemente mediador:

- coloca-se como representante oficial de toda a sociedade – acima das classes, a pretexto de “buscar atender” aos interesses de todos;

- mas, na verdade, é o Estado de uma determinada classe, que se arroga ela própria representar toda a sociedade;

- quando representante da sociedade inteira, torna-se supérfluo nenhuma classe a reprimir..

Anote argumentos e exemplos utilizados por Lenin sobre a essência de classe e as características gerais do Estado – Capítulo I.

## 3. O Estado burguês

- Poder centralizado, surgido com a queda do absolutismo, fruto de históricas lutas contra o feudalismo e que, num longo processo, sob formas variadas e envolvendo diferentes aspectos, apresenta, nos países avançados, algumas semelhanças:

- elaboração de um poder parlamentar – tanto nos países republicanos quanto nos monárquicos;
- luta pelo poder entre os diversos partidos burgueses e pequeno-burgueses (disputa pelos espaços burocráticos), garantindo-se continuidade dos fundamentos da ordem burguesa;
- aperfeiçoamento e consolidação do poder executivo, o aparelho burocrático e militar;
- manutenção do funcionalismo e do exército permanente – duas instituições peculiares diretamente ligadas à burguesia e constituindo-se parasitas no corpo da sociedade burguesa.

- Sob o imperialismo:

- o capitalismo monopolista se transforma em capitalismo monopolista de Estado;
- reforça-se extraordinariamente a máquina de Estado, o aparelho burocrático e militar;
- reforça-se, simultaneamente, a repressão contra o proletariado (tanto nos países monárquicos quanto nos republicanos mais livres).

continua no próximo número

\*da Comissão de Formação

## Novo passo na formação

WALTER SORRENTINO\*

O Partido Comunista do Brasil tem um novo e avançado instrumento para a formação. Foi concluído o curso básico em vídeo **Brasil – outros 500**, com quatro capítulos, somando 80 minutos, e apostila de apoio. É a primeira vez que o Partido desenvolve um projeto desse tipo e é uma experiência pioneira entre as organizações políticas do país. Além disso, é parte do esforço de nos apropriarmos criticamente de nossa história como povo, quando completamos 500 anos de existência.

Depois do Ciforma, queremos dar mais um grande passo no trabalho de estruturação partidária. O projeto da Secretaria de Formação é desenvolver uma onda de cursos junto às Organizações de Base no decorrer das assembleias preparatórias das conferências eleitorais deste ano. Esperamos que milhares de militantes, bem como os novos filiados desse período, obtenham a formação mínima indispensável à luta do PCdoB na atualidade. Ele será também aplicado aos membros de comitês ainda pouco estruturados do Partido.

Desse modo, o curso em vídeo ocupará o papel de estimulador das Organizações de Base e alavancará o esforço da segunda fase do plano de estruturação partidária aprovado pelo Comitê Central. Com ele, estruturamos o trabalho de formação pela base, após a qual se aplicará o Ciforma como curso médio e, mais adiante, um curso nacional para quadros.

Cursos do Partido são atividades dirigidas e não espontâneas. Por isso, apesar do enorme interesse dos militantes em ter sua própria fita, vamos buscar organizar o esforço para alcançar o maior número de OBs e garantir o debate coletivo de seu conteúdo. São passos indispensáveis do processo pedagógico e formação da consciência avançada.

O principal passo para o êxito do projeto agora são os formadores de base. Vamos treiná-los por todo o país, para permitir uma ampla descentralização do esforço de formação, normatizado pelo conteúdo do vídeo e da apostila. Os formadores são

em primeiro lugar os *ciformeiros*, cerca de 300 em todo o país, que assim vão progredindo na sua própria formação. Além destes, há que designar mais gente, em todos os principais comitês municipais, para se lançar ao esforço de formar pela base. A condição primeira é ter passado pelo Ciforma.

Poucas coisas são mais importantes hoje na nossa luta do que aumentar o conhecimento crítico da realidade que nos cerca. O movimento revolucionário passa por dificuldades reais e para superá-las faz falta elevar a consciência social. Sem a formação de uma consciência social revolucionária, não há como promover nem sustentar a transformação social reclamada pelo Brasil.

Por isso, mais que nunca é preciso ser marxista e leninista. Sem a teoria, nossa combatividade junto ao povo muitas vezes não produz os resultados esperados. E mais que nunca é preciso desenvolver essa ciência para entender melhor a realidade de nossa nação e nosso povo, para abrir novos horizontes em nossa pátria.

Esses são os propósitos do curso básico em vídeo e apostila. Visamos apoiar o esforço, que deve ser de cada militante, nos primeiros passos da formação teórica e ideológica. Com isso, queremos formar as novas gerações que sustentarão a heróica luta socialista de todo este século, e estimular o elevado compromisso de militância em prol da causa socialista do povo brasileiro.

A fita e a apostila serão distribuídas em todos os Estados. Todos estão chamados a planejar as metas, meios e formas de levá-las a cabo. Um Boletim do Formador de Base será editado regularmente para sistematizar a experiência nacional. Além disso, as fitas estão à venda, para ajudar a custear o projeto, ao preço de R\$ 20,00. A distribuição nacional será feita diretamente pela Editora Anita Garibaldi. A Comissão Nacional de Formação estará controlando o andamento do projeto, agora através de sua secretaria, coordenada por Fernando Farias, na sede nacional. Aguardamos informações de todos os Estados.

\*do Comitê Central e da Comissão de Formação

**OUTROS 500**

CURSO BÁSICO EM VÍDEO - APOSTILA DE APOIO

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Valor: R\$ 20,00

Pedidos:

Editora Anita Garibaldi,  
Rua Monsenhor Passalacqua, 158,  
Bela Vista,  
CEP 01323-010,  
São Paulo - SP,  
Tel.: (0\_\_11) 289-1331

Correio eletrônico: [anitag@anitagrabaldi.com.br](mailto:anitag@anitagrabaldi.com.br)

# Os caminhos da mulher

ESTA IMPONDERÁVEL MULHER

Jô Moraes



LIÈGEROCHA\*

**Jô Moraes**, militante comunista, feminista, lançou o livro **Esta imponderável mulher**, “cujas idéias”, segundo ela, “são as mais coletivas de todas as produções, por terem brotado de inúmeras jornadas de luta”. Por suas páginas, diz Jô, “caminham mulheres de todo nosso diverso país (...) especialmente, as feministas militantes do meu Partido – o PCdoB – que ousaram reafirmar sua opção socialista, a partir de uma avaliação crítica da experiência relativa às questões de gênero”.

Reunindo artigos, publicados nestes últimos quinze anos, que abordam os mais variados aspectos do **ser mulher** enfrentando os desafios da nova mulher, realizando o poder, participando e intervindo nas polêmicas feministas, olhando o mundo na perspectiva da igualdade socialista, o livro nos leva a uma viagem através do tempo e de temas diversos.

Ao falar da nova mulher que, neste final de século – que Jô costuma chamar de “século das fêmeas” –, conquistou trabalho, poder, saber e liberdade de costumes, reconhece estas mudanças ainda são permeadas pelo preconceito e por discriminações. Mas afirma, em um dos artigos, que a mulher pode ser vista hoje como a “que se permite escolhas” o que, por sua vez, traz uma “imensa sensação de liberdade”.

O amor, outro tema enfocado, fez-me lembrar que quando a *Presença da Mulher* publicou, em 1989, o artigo “A Transitoriedade do Amor”, provocando um intenso debate entre os leitores, homens e mulheres. Ao relê-lo no livro, percebo sua atualidade, num momento em que aumentam as separações e, na maioria delas, por iniciativa das mulheres. Destaco aqui o trecho que diz: “A nova mulher busca, hoje, uma relação

em que a monogamia mútua seja conseqüência do mútuo querer; que o sentimento de posse, o ciúme, não seja limitação de vida que um imponha ao outro. Ela procura uma relação em que as dificuldades vividas por cada sejam divididas dentro de um sentimento de companheirismo e solidariedade e não ‘por dever de ofício’.”

em que a monogamia mútua seja conseqüência do mútuo querer; que o sentimento de posse, o ciúme, não seja limitação de vida que um imponha ao outro. Ela procura uma relação em que as dificuldades vividas por cada sejam divididas dentro de um sentimento de companheirismo e solidariedade e não ‘por dever de ofício’.”

Jô, com sua vivacidade e presteza, manifestou-se em três situações peculiares, quando a opinião pública se dividiu, polemizou. A primeira, quando a modelo Luma de Oliveira, no Carnaval carioca, usou uma coleira bordada com o nome do marido. Em artigo publicado no jornal *O Tempo* (BH 4.398) ela diz: “O gesto de Luma contribuiu para o reforço das concepções que rebaixam a condição humana. Não se buscam relações pautadas pelo jogo de propriedade, proprietários, coleiras, correntes, cadeias. O humano ainda se realiza pelo caminho do trabalho, da liberdade e da igualdade”.

A segunda, quando o mundo inteiro debatia, esquecendo a crise mundial, os deslizos do presidente dos Estados Unidos com uma estagiária. Jô assim se posicionou: “A vida sexual de quem quer que seja não é de interesse público, a não ser quando há evidentes sinais de estupro. Só deve dizer respeito à pessoa e àqueles que dela compartilham. Não pode ser servida como produto nos supermercados que manipulam os mais baixos sentimentos humanos. Triste nação em que as alcovas de seus políticos são mais importantes do que suas idéias”.

A terceira se apresentou quando Débora Rodrigues, do MST, posou nua para uma revista e por isso foi expulsa do movimento em que militava. Mais uma vez coerente com sua maneira de ver o mundo, Jô nos fala: “A sociedade deve ter consciência de que quanto mais se divulga a imagem do objeto de prazer, mais se cria, na subjetividade masculina, o desejo incontrolável sobre esse objeto(...) O que não se valoriza não se respeita. A mulher precisa ser vista como um ser produtivo, indispensável em todas as instituições sociais, capaz de contribuir em todas as dimensões da vida

humana. Só assim construir-se-á uma nova relação entre homens e mulheres de solidariedade baseada na complementaridade. Aí, sim, a nudez humana poderá ser o momento do reencontro do ser”.

Neste retrato da condição feminina, que perfaz 15 anos, **Esta imponderável mulher** não deixa escapar nenhum aspecto do cotidiano da vida da mulher, sejam os momentos de luzes e conquistas ou aqueles de sombras onde aparecem as discriminações e perdas de direitos. Lendo as páginas deste livro o leitor vai compartilhar com Jô as preocupações com um problema que cresce no dia-a-dia dos lares brasileiros – a violência doméstica. Vai descobrir que poder e política, espaços tidos como masculinos, também já contam com a presença feminina, mesmo que minoritariamente, e fazem parte do seu ideário de conquistas. Dois temas presentes em todos os tempos na pauta de reivindicações do movimento feminista também não foram esquecidos: saúde e educação.

Temas polêmicos estão presentes nos ensaios: “Prostituição, uma opção de trabalho?”. Onde se lê: “Não compreendemos, pois, a prostituição como opção de realização sexual da mulher. A comercialização do prazer é muito mais uma das terríveis facetas da opressão das mulheres, do povo, do que um caminho de satisfação pessoal”.

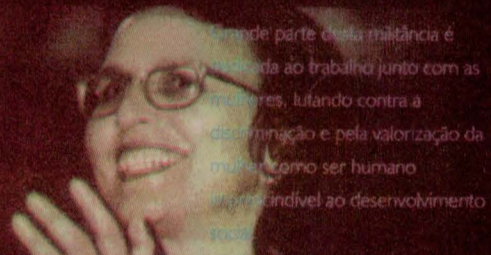
Em “Aborto: um tabu, um direito?” Jô se posiciona “(...) a atual defesa da descriminação do aborto é passo inicial importante, uma necessidade que se impõe dentro da luta mais geral pela preservação da saúde e da vida da mulher”.

Sem esquecer “as cotas como estratégia de igualdade”, onde ela afirma que: “A cota em si não resolve o problema de garantir a ampliação dos espaços de poder para as mulheres. Ela tem de vir acompanhada, necessariamente, de políticas de formação, informação e capacitação para as novas funções. Exige-se também uma modificação nas estruturas formais de ensino que garantisse uma nova imagem da mulher quanto ao seu papel social. Acrescente-se aqui a necessidade de se impulsionar o debate sobre a divisão de responsabilidades e a democracia doméstica no âmbito do núcleo familiar”.

Como feminista atuante, Jô coloca na ordem-do-dia a necessidade de se resgatar a rebeldia do movimento femi-

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira é uma militante comunista que desde os 15 anos de idade luta por um Brasil melhor.

Nascida em Cabedelo, porto marítimo próximo a João Pessoa, foi em Minas que Jô Moraes mostrou toda a competência no trabalho político ao lado dos movimentos populares.



Grande parte desta militância é dedicada ao trabalho junto com as mulheres, lutando contra a discriminação e pela valorização da mulher como ser humano imprescindível ao desenvolvimento social.

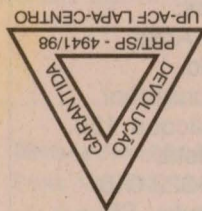
Jô reforça esta militância com uma grande e ótima produção intelectual. É autora do livro *Pelos Direitos e pela Emancipação da Mulher*, colabora em várias publicações e jornais com artigos de análise política e sobre a condição feminina e é membro do Conselho Editorial da *Revista Presença da Mulher*, publicação mensal da União Brasileira de Mulheres.

nista e entra na polêmica que vem sendo travada nos últimos encontros feministas da América Latina e Caribe, sobre se o movimento feminista está se institucionalizando e profissionalizando, e conclui que “Reorientar o movimento no sentido de garantir a implementação das conquistas formais exige o retorno das instâncias autônomas em que só as vivências das mulheres determinem a conduta, a estratégia e o conteúdo da sua ação. E, também, continuar buscando melhores condições para os enfrentamentos de gênero, abraçando a bandeira da ruptura com uma sociedade opressora e exploradora na busca da solidariedade socialista”.

Ler o livro de Jô é redescobrir a atualidade da luta da mulher por sua emancipação e, como ela diz na apresentação do seu livro:

“**Esta imponderável mulher** pretende apenas compartilhar as alegrias das conquistas e as angústias provocadas pela nova situação. Ao mesmo tempo em que tenta reafirmar que o combate às discriminações de gênero deve ser uma preocupação e um compromisso de todos os que buscam uma nova sociedade igualitária e democrática”.

\*Liège Rocha é coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres



IMPRESSO

CEP 01318-020 - São Paulo - SP  
Rua Adonirram Barbosa, 53 - Bela Vista  
Tel.: 0 11 3104 4120

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA